

DIRETOR
Paulo Ralha

SOCIEDADE E FISCALIDADE

Em Outubro realizam-se eleições legislativas

O que podem os
eleitores esperar
dos partidos
na área fiscal
e aduaneira?

© Yannavit Dhammasaro

**Grécia: os dias que
abalam a Europa**

Índice

Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
Av. Coronel Eduardo Galhardo, n.º 22 B
1199-007 Lisboa

www.stimpostos.pt
geral@stimpostos.pt
T 218 161 710 . F 218 150 095

- 03** **Editorial**
Paulo Ralha
- 04** **Justiça na Economia**
Pedro Filipe Soares, deputado do Bloco de Esquerda
- 08** **O que podemos esperar do próximo Governo em matéria de política fiscal e em matéria de política para a ATA?**
Vera Rodrigues, deputada do CDS-PP
- 12** **Uma política fiscal no quadro da alternativa política patriótica e de esquerda**
Ricardo Oliveira, PCP
- 16** **Fiscalidade: instrumento de desenvolvimento ou de empobrecimento?**
Eduardo Cabrita, deputado do PS
- 19** **A importância da Autoridade Tributária**
Duarte Pacheco, deputado do PSD
- 20** **Partido Ecologista “Os Verdes”: o que propomos na área fiscal e aduaneira**
Afonso Luz, membro do Conselho Nacional do PEV
- 23** **Depois da vitória, o mais difícil começa agora**
Francisco Louçã
- 27** **De olhos bem abertos**
Rui Tavares, historiador e comentador político
- 30** **“O Minotauro Global”**
Yanis Varoufakis, ex-ministro das finanças da Grécia
- 33** **Em nome da memória de Mouzinho da Silveira**
José Adelino Maltez
- 37** **O imposto ideal**
Pedro Santos Guerreiro
- 40** **O trabalho, os louros e o trato**
Nuno Balacó
- 43** **Fotoreportagens**

**PAULO RALHA**

Presidente da Direção Nacional do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

Editorial

Foi no dia 6 de janeiro de 2012 que tomamos posse como Direção Nacional do STI. Na altura tínhamos um projeto para o sindicato que, além das reivindicações estritamente sindicais, passava pela credibilização externa e pelo alargamento dos benefícios proporcionados aos sócios. O objetivo, no entanto, era um só: Tornar o STI numa entidade credível, respeitada e ouvida, perante os sócios, os parceiros sociais e o poder político. Só assim, no nosso entender, poderíamos deixar de ser uma entidade reativa, para passarmos a intervir a montante dos acontecimentos, condicionando-os, na medida dos nossos meios e capacidades. Isto pressupõe que se tivessem que alterar práticas, implementar novas rotinas, iniciar projetos e alterar, mesmo que isso seja muitas vezes subestimado, a disposição dos espaços físicos dentro da sede do sindicato.

Foi assim que iniciamos o programa de visitas sistemáticas aos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira, que começamos a reunir periodicamente com os partidos políticos e com os grupos parlamentares, que demos início aos ciclos de formação e de conferências, que lançamos uma corrida dos impostos, que começamos a organizar um encontro nacional de aposentados, que reorganizamos os espaços dentro do sindicato, autonomizando serviços jurídicos, administrativos e diretivos, que potenciamos a visibilidade do STI na comunicação social, que melhoramos as condições do seguro de saúde e que subscrevemos um seguro de responsabilidade civil.

Foi assim, também, que decidimos publicar, por proposta do nosso ex-companheiro de “aventura”, José Manuel Anjos, que aproveito para aqui deixar uma palavra de apreço, por tudo o que fez, enquanto nos acompanhou neste projeto, uma revista que servisse o duplo intuito de levar os nossos pontos de vista à sociedade e que permitisse à sociedade trazer-nos os seus pontos de vista. Desde a primeira hora que a nossa intenção foi a de publicar uma revista de espectro político e social alargado e que pudesse tocar, aqui e ali, assuntos de índole fiscal e aduaneira. O nome dos articulistas que participaram neste projeto e a qualidade dos artigos publicados são a prova, parece-nos, de que o objetivo foi alcançado. Hoje podemos dizer, sem falsas modéstias, que esta revista constitui um dos pilares do projeto que iniciamos em 2012 e um dos veículos de projeção da credibilidade dos STI junto da sociedade portuguesa.

Com a publicação deste número, voltamos a cimentar este propósito. Não apenas por termos ultrapassado mais uma etapa, mas sobretudo pelas temáticas que este número aporta aos seus leitores.

Por um lado, a realização de eleições legislativas, num momento de grande instabilidade social e de forte ataque aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente os da administração pública, sem que noutras áreas, nomeadamente as das rendas garantidas a concessionárias ou do pagamento da dívida, se tenham feito cortes substanciais, exige uma reflexão séria e cidadã sobre o Estado em que queremos viver. Daí a relevância de todos nós tomarmos conhecimento dos projetos que os partidos políticos apresentam a votos. Porque em democracia, governa-nos quem nós elegemos. Quanto mais consciente for o voto, melhor podem os cidadãos desempenhar o seu papel cívico. Porque só assim, em consciência, e tendo em conta os nossos interesses e os do país, é que o voto será relevante para validar as políticas que melhor nos servem a todos. No nosso caso, em particular, torna-se pertinente saber que programas defendem os partidos para a área fiscal e aduaneira. E neste âmbito gostaria de deixar para reflexão duas frases proferidas pelo Secretário-Geral da EPSU no Parlamento Europeu:

“Enquanto se continua a pedir aos enfermeiros, aos assistentes sociais, aos trabalhadores do fisco e das alfândegas ou aos bombeiros, para apertarem o cinto devido à falta de dinheiro no Estado, empresas multinacionais, como a IKEA, a Google, a Amazon, a Starbucks, a Fiat Finance e a McDonald's, pagam menos de 1% em impostos, sobre lucros astronómicos.”

(...)

“Dez por cento dos empregos nas administrações fiscais e aduaneiras da EU foram cortados, desde 2008.”

O convite que fizemos às formações políticas visou, pois, obter respostas para duas questões: (1) que políticas fiscais e aduaneiras preconizam os partidos políticos para a próxima legislatura; e (2) que medidas projetam para a AT. Ao conjunto dos artigos recebidos, juntamos a opinião de dois reputados comentadores políticos sobre estas matérias: o Dr. Adelino Maltez e o Dr. Pedro Santos Guerreiro. Acresce referir que, por razões de espaço disponível e de custos suportáveis, limitamos os convites aos partidos políticos com representação parlamentar. A apresentação dos artigos segue a ordem alfabética e a todos os partidos foram dadas as mesmas condições de exposição.

Por outro lado, a “questão grega”, torna-se acutilante, simultaneamente como pano de fundo de uma Europa que está sempre a tropeçar nos seus próprios membros e como fator de instabilidade que pode conduzir Portugal a uma nova crise económico-financeira, que fará agravar, ainda mais, a crise social e laboral existente. Para escrever sobre esta questão solicitamos a opinião do Dr. Rui Tavares, ex-eurodeputado e conhecedor profundo da realidade grega, e do Dr. Francisco Louçã, que, na qualidade de académico, lançou, em conjunto com o Dr. João Ferreira do Amaral, uma obra que analisa as consequências de uma eventual saída do país da zona Euro.

O resultado obtido é o que se pode apurar de seguida.

Justiça na Economia

Por uma política fiscal justa e ao serviço das pessoas



PEDRO FILIPE SOARES
Deputado do Bloco de Esquerda

A Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) foi maltratada ao longo do mandato PSD/CDS. O governo de direita degradou a imagem da ATA e desvalorizou os seus profissionais. O caso da Lista VIP e as suspeições genericamente levantadas a todos os funcionários e funcionárias são apenas um exemplo.

A redução do quadro de pessoal, o encerramento e esvaziamento de repartições afastaram a ATA do seu serviço de proximidade às populações. Por outro lado, a ATA foi utilizada como cobradora de fraque dos privados, como é notório no caso das dívidas às concessionárias das ex-SCUT. Foram quatro anos duros para as e os profissionais da ATA.

Para além disso, a transformação profunda da política fiscal agudizou as desigualdades no país, diminuindo a capacidade de redistribuição da riqueza que deveria existir.

É preciso romper com esta situação, revalorizando a ATA e fazendo uma profunda reforma fiscal.

I - Por uma verdadeira Justiça Fiscal

O sistema fiscal português é um dos mais injustos da Europa e um dos que menos redistribui rendimento. Ao longo dos últimos quatro anos, Portugal tornou-se um país ainda mais desigual. A riqueza está pior distribuída e cada vez mais concentrada nas mãos de uns poucos no topo da pirâmide.

O caráter injusto do nosso sistema fiscal manifesta-se, por exemplo, pelo peso crescente da tributação indireta na carga fiscal. Como é sabido, a tributação indireta é a mais injusta, uma vez que não só não tributa os rendimentos de forma progressiva, como penaliza os

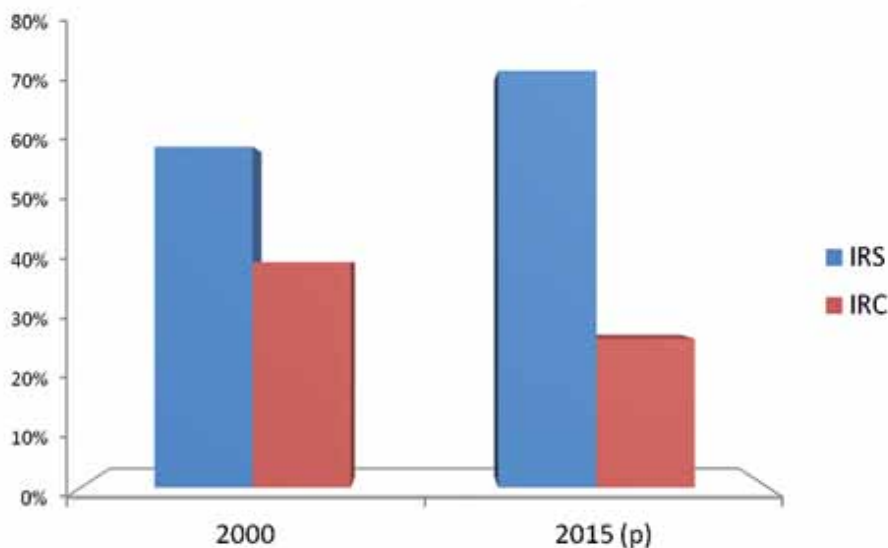


Figura I - Evolução da relação entre o peso do IRS e IRC na receita total dos impostos diretos

contribuintes de rendimentos mais baixos. Assim, e de acordo com um relatório do INE de 2014, o peso da tributação indireta na carga fiscal em Portugal está bem acima da média Europeia, apenas superado em países como a Roménia, a Estónia, a Hungria, a Croácia ou a Bulgária.

Por outro lado, a distribuição crescentemente desequilibrada da tributação direta entre rendimentos do trabalho e do capital é fator de aumento das desigualdades. A figura seguinte mostra como nos últimos quinze anos se assistiu a uma redução do peso do IRC na receita dos impostos diretos, ao mesmo tempo que o peso do IRS aumentou brutalmente.

À medida que os contribuintes individuais foram sendo cada vez mais sobrecarregados, o IRC, que é pago principalmente pelos grandes grupos económicos, foi perdendo peso na receita fiscal.

O governo PSD/CDS, em acordo com o PS, agravou esta situação. Enquanto aumentavam brutalmente o IRS, a taxa de IRC baixou de 25% para 21%. Mas querem cavar ainda mais fundo o fosso da desi-

gualdade: PSD/CDS querem baixar ainda mais o IRC para a taxa de 17% em 2019.

As injustiças na nossa fiscalidade são ainda visíveis na permissividade face à evasão fiscal que tem cobertura legal: desde o offshore da Madeira até às isenções em sede de IML, passando pela legislação sobre segredo fiscal ou a vulnerabilidade em relação à deslocalização das sedes de grandes empresas, entre muitos outros fatores.

É necessário romper com esta injustiça fiscal, devolvendo poder de compra aos contribuintes de menores rendimentos e aplicando uma política fiscal que seja um pilar da redistribuição da riqueza. Nesse contexto, a proposta do Bloco para uma reforma fiscal decente assenta em cinco pilares:

1. Combate à evasão fiscal e à especulação

A situação que o país atravessa não permite que se prolongue a complacência para com a fraude e evasão fiscal. As medidas prioritárias devem ser as seguintes:

a. Reforço dos mecanismos de levantamento do segredo bancário e

penalização das instituições de crédito que não cooperem de forma célere

b. Aplicação do conceito de sede efetiva – Para que empresas que mudem a sua sede fiscal possam ser auditadas e tributadas pelos rendimentos gerados em território nacional.

c. Fim dos regimes extraordinários de regularização de dívidas (RERT) – Estes regimes são uma autorização implícita a toda a espécie de criminalidade fiscal. A garantia de uma taxa reduzida e de um regime de amnistia é um encorajamento à fraude e foram usadas primeiro pelo governo PS e depois pelo governo PSD/CDS.

d. Cruzamento de toda a informação fiscal, incluindo os registos do IVA – A informatização da administração fiscal em Portugal é um bom exemplo de administração pública e pode ser usado de forma mais eficaz para combater a fraude, nomeadamente em sede de IRC.

e. Combate à fuga de capitais para offshore: tributação autónoma para transferências para paraísos fiscais;

f. Combate ao enriquecimento injustificado: reforço da legislação para combate mais eficaz ao enriquecimento injustificado e a reversão para o Estado da riqueza injustificada;

g. Taxa de 0,3% sobre todas as transações mobiliárias para combater a especulação bolsista.

2. Reformar o IVA para proteger as pessoas e a economia

O IVA é o imposto que, para além de ser o mais injusto, é o que mais dificuldades gera para as empresas, que tem de o liquidar, muitas vezes antes de receber o pagamento respetivo. Além disso,

o IVA, ao contrário do IRC, incide de forma igual sobre empresas que beneficiam de lucros em regime de monopólio ou empresas que atravessam dificuldades. Por estas razões, e pelo seu peso excessivo no nosso regime fiscal, o IVA tem sido uma autêntica fábrica de falências. O Bloco de Esquerda defende:

- a. Redução do IVA na restauração para a taxa intermédia (13%);
- b. Redução do IVA na eletricidade, gás natural e gás de botija para 6%;
- c. Alargamento do cabaz de bens sujeitos a tributação com a taxa reduzida e introdução de uma taxa agravada sobre bens de luxo;
- d. Redução gradual do IVA ao longo dos últimos 4 anos a um ritmo de 0,5 pontos percentuais ao ano.

3. Reforço da progressividade do IRS e baixar impostos às pessoas

A sobretaxa de IRS, introduzida pelo governo das direitas, constitui uma entorse quer à progressividade, quer à unicidade do IRS. Assim, nenhuma reforma séria do IRS pode deixar de começar pela extinção imediata da sobretaxa. Além disso, o Bloco defenderá a reposição dos oito escalões de rendimento e a introdução do englobamento e tributação progressiva de todas as fontes de rendimento singular.

O Bloco de Esquerda propõe um conjunto de medidas em sede de IRS:

- a. Eliminação imediata da sobretaxa no IRS;
- b. Progressividade do IRS, repondo os 8 escalões existentes antes do enorme aumento de imposto e introduzindo um novo escalão sobre os muito altos rendimentos: taxa de 70% para rendimentos acima dos 1 milhão de euros;

c. Englobamento de todos os rendimentos;

d. Imposto sobre grandes fortunas;

e. Sobretaxa sobre dividendos distribuídos a acionistas.

4. Tornar mais justo o IRC

O passo fundamental de qualquer intervenção em sede de IRC será a reversão da reforma do IRC acordada pelo bloco central, que representa uma injustiça fiscal inqualificável. Essa reversão deve incidir não apenas sobre a redução da taxa, mas também sobre outros aspetos da reforma, como sejam a isenção de IRC nos casos de dividendos e mais-valias resultantes de atividades no exterior e distribuição de dividendos a não residentes, diminuição da taxa mínima de participação acionista para 5% para efeitos de benefícios fiscais, alargamento das condições para que grupos económicos para pagarem IRC sobre resultado consolidado, alargamento do conceito de gasto fiscal, incluindo de despesas correntes dedutíveis como custos e o alargamento período de reporte de prejuízos.

Uma reforma do IRC que redistribua os custos de uma recuperação económica urgente deverá exigir uma contribuição particular às grandes empresas e ao sector financeiro, razão pela qual defenderemos uma tributação adicional de 10% em sede de IRC do lucro tributável, acima dos 12,5 milhões de euros.

O Bloco defende uma simplificação do IRC, nomeadamente no que diz respeito aos benefícios fiscais. Muitos dos benefícios fiscais foram sendo introduzidos invocando prioridades de importância indiscutível, mas a sua introdução

foi mais útil para criar instrumentos de planeamento fiscal agressiva por parte das empresas, particularmente as de maiores dimensões. Em 2014, houve uma despesa fiscal de 662 milhões com benefícios e deduções em sede de IRS. O Bloco bater-se-á por uma reforma que reduza drástica deste valor.

5. Reformular o IMI

O Bloco de Esquerda defende maior justiça e progressividade no IMI. Propomos o alívio das famílias que nos últimos anos passaram a pagar muito mais IMI, protegendo, acima de tudo, o direito à habitação. Impõe-se, também, criar uma taxa especial aplicável aos imóveis destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo, num intervalo que permita a cada município uma margem de discricionariedade na sua decisão. Esta será uma taxa que se fixa num intervalo menor que o existente para os restantes prédios urbanos, respeitando assim a autonomia financeira das autarquias locais.

O Bloco de Esquerda propõe:

- a. Atualização automática do valor tributário dos imóveis, que pouparia 244M€ às famílias, valor que estas estão a pagar indevidamente;
- b. Redução do IMI para primeira habitação própria e permanente (a fixar entre 0,15% a 0,3%);
- c. Aplicação de uma taxa adicional sobre a grande propriedade (taxa de 0,5% sobre propriedades com valor entre 500 mil e 1 milhão de euros; uma taxa de 0,75% sobre propriedades avaliadas entre 1 milhão e 2 milhões de euros, e uma taxa adicional de 1% sobre propriedades com valor superior a 2 milhões de euros);
- d. Fim da isenção parcial de que

beneficiam os fundos imobiliários e que é um autêntico subsídio à especulação. Mas também propomos o fim das isenções de que beneficiam o Estado, fundos de pensões, instituições desportivas profissionais, igreja ou colégios particulares.

II – Reforçar e Humanizar a Autoridade Tributária

Nos últimos anos a maioria da população portuguesa empobreceu. A perda de emprego e de salários levou ao sobre-endividamento, à dificuldade de cumprir com os seus compromissos e à insolvência de muitas famílias.

A deterioração das condições de trabalho, o aumento do desemprego e os cortes de prestações sociais deixaram muitas famílias sem a possibilidade de conseguir cumprir sequer com as suas obrigações tributárias. O pagamento do IMI, do IUC ou do IRS tornou-se impossível para os agregados que perderam uma parte considerável do seu rendimento, o que os fez ficar em dívida com o Estado.

Acontece que, em contraciclo e completamente alheia a estas dificuldades, a automatização dos pro-

cessos na ATA tornaram-na mais violenta e desproporcional sobre estas famílias que vivem em extrema dificuldade. Enquanto na última década a ATA instaurava, em média, 1,6 milhões de processos por ano; no ano de 2014 foram abertos 7,4 milhões de processos, sendo que muitos destes processos têm como consequência a destruição da vida dos contribuintes, condenando-os a ficar sem nada. É necessário humanizar a máquina fiscal neste momento de crise social no país.

Por outro lado, é inaceitável que se transforme a máquina tributária no cobrador de fraque dos privados, como acontece no caso das ex-SCUT. Esta é mais uma das situações em que os governos demonstraram desprezo pelo papel fundamental que a ATA tem no país e a achincalharam. Esta situação não pode continuar.

Para além disso, é necessário reforçar os meios humanos e técnicos da ATA, garantindo um combate eficaz à fraude e evasão fiscal e um atendimento de qualidade às populações.

O Bloco de Esquerda propõe:

- a. Retirar a AT da cobrança de dívidas de privados, como no caso das ex-SCUT;
- b. Período de carência e facilitação do pagamento de dívidas fiscais em até 150 prestações;
- c. Fim das penhoras automáticas e impenhorabilidade da habitação própria e permanente por dívidas fiscais;
- d. Dignificar os recursos humanos da ATA, reforço do número de efetivos e aprofundar as competências inspetivas existentes, com ênfase para os casos de evasão, branqueamento de capitais e crime económico.

...é inaceitável que se transforme a máquina tributária no cobrador de fraque dos privados, como acontece no caso das ex-SCUT. Esta é mais uma das situações em que os governos demonstraram desprezo pelo papel fundamental que a ATA tem no país e a achincalharam. Esta situação não pode continuar.

O que podemos esperar do próximo Governo em matéria de política fiscal e em matéria de política para a ATA?

CDS-PP

VERA RODRIGUES
Deputada do CDS-PP

O XIX Governo Constitucional teve a difícil missão de tirar o país de uma situação limite, de pré-bancarrota. Assim, a inexistência de qualquer margem orçamental nas nossas contas obrigou a que a carga fiscal sobre as famílias e as empresas tivesse subido a níveis que, de tão elevados, só podiam ser aceitáveis em situações de grande emergência, como aquela que atravessámos.

Passada a “tempestade” da presença da Troika em Portugal, foi tempo de começar a preparar a transição, eventualmente lenta, mas segura, para tempos de maior “bonança”. Tal missão passou por levar a cabo um conjunto de reformas de amplo e profundo impacto. Com o objetivo de preparar a economia portuguesa para uma fase crescimento sustentado a médio e longo prazo, foi importante olhar para os impostos que recaem sobre as famílias e sobre as empresas, bem como para a organização e funcionamento da “máquina fiscal”, tendo sempre como prioridade no horizonte, o combate à fraude e à evasão fiscais, por uma questão de justiça. Do conjunto de reformas implementadas, importa destacar a reforma do IRS e do IRC, o Novo Código Fiscal do Investimento, bem como a reforma estrutural da Administração Tributária e Aduaneira, e naturalmente, o importan-

te reforço do Combate à Fraude e Evasão Fiscais.

A reforma do IRS, que entrou em vigor em 2015, tem como objetivos a proteção das famílias, a simplificação do imposto e a mobilidade social. Em particular, no âmbito das medidas de apoio às famílias, foi criado, pela primeira vez, o quociente familiar no IRS, o que representa uma mudança estrutural da maior relevância para as famílias com filhos e que permite que estas passem a beneficiar de um regime fiscal mais favorável. Neste âmbito, ao estabelecer-se um regime com benefícios progressivos conforme a dimensão do agregado familiar, o Governo teve a preocupação da equidade. Ao estabelecer-se um limite global, o Governo teve a preocupação da não regressividade. Esta alteração da política fiscal portuguesa visa contribuir, juntamente com outras políticas familiares, para a criação de melhores condições para promover a natalidade e, assim, inverter o défice demográfico que Portugal enfrenta. Esta preocupação, não sendo nova nem recente, tem vindo a ganhar peso e relevância no debate público, numa autêntica corrida contra o tempo, perante a inevitabilidade de assegurarmos a renovação das gerações, e acima de tudo, de assegurarmos a viabilidade social e económica do país, a longo prazo. Por seu turno,

as alterações efetuadas no âmbito da simplificação da estrutura do imposto, bem como da promoção da mobilidade social, refletem a adequação deste imposto a uma realidade laboral, social e económica que é cada vez mais dinâmica e que coloca novos desafios e exige respostas, na estrutura e funcionamento do próprio imposto.

Quanto ao futuro, é importante que se avance no sentido de continuar a aumentar as percentagens de dedução por cada filho a cargo, na medida que a situação orçamental do país o vá permitindo. Para reforçar os efeitos do quociente familiar, a ponderação por filho deverá crescer para 0,4 em 2016 e para 0,5 em 2017, e o limite máximo do benefício para 2250 euros em 2016 e 2500 euros em 2017, aproximando-se, assim, do regime mais efetivo na Europa, que é o Francês.

No mesmo sentido, de o Estado deixar progressivamente mais rendimento no bolso das famílias, se deverá avançar com a devolução da sobretaxa de IRS, que foi implementada apenas e só como medida extraordinária, para ajudar a ultrapassar a situação delicadíssima que vivemos ao longo do programa de ajustamento. Aliás, importa referir que, conforme prevê o Programa de Estabilidade 2015- 2019, em 2016 deve ocorrer uma redução anual de 0,875 p.p. da sobretaxa aplicada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, conduzindo, nestes termos, à sua eliminação em definitivo, em 2019. A sobretaxa de IRS tenderá a fazer parte de um passado cada vez mais longínquo e de um tempo ao qual não queremos regressar, nunca mais.

Sendo claro que são as empresas e os empresários que estão no centro da nossa recuperação económica, e que geram riqueza e emprego, não devem restar dúvidas de que, para fomentar investimento, é essencial que haja um sinal claro de estabilidade e previsibilidade perante os investidores. Por isso, foi tão importante a reforma da tributação das empresas - a Reforma do IRC - que entrou em vigor em 2014, e que permitiu o claro refor-

a criar condições para que se fixe entre os 17% e os 19% no médio prazo, posicionando a taxa de IRC em Portugal no lote das taxas mais competitivas na União Europeia. No âmbito desta reforma, foi também criada uma taxa de 17% aplicável às PME, as quais representam uma parte significativa do nosso tecido empresarial, introduzindo assim uma discriminação positiva para este tipo de empresas. Importa dizer, uma vez mais, que a

« **A reforma do IRS, que entrou em vigor em 2015, tem como objetivos a proteção das famílias, a simplificação do imposto e a mobilidade social. Em particular, no âmbito das medidas de apoio às famílias, foi criado, pela primeira vez, o quociente familiar no IRS, o que representa uma mudança estrutural da maior relevância para as famílias com filhos e que permite que estas passem a beneficiar de um regime fiscal mais favorável. Neste âmbito, ao estabelecer-se um regime com benefícios progressivos conforme a dimensão do agregado familiar, o Governo teve a preocupação da equidade. Ao estabelecer-se um limite global, o Governo teve a preocupação da não regressividade. Esta alteração da política fiscal portuguesa visa contribuir, juntamente com outras políticas familiares, para a criação de melhores condições para promover a natalidade e, assim, inverter o défice demográfico que Portugal enfrenta.**

ço da competitividade do IRC português no panorama europeu, num quadro de amplo consenso social e político. Esta reforma estrutural assentou em três eixos fundamentais: o reforço da competitividade, o estímulo ao investimento e a simplificação do imposto. No âmbito do reforço da competitividade fiscal, a taxa de IRC foi reduzida de 25% para 23% em 2014 e de 23% para 21% em 2015. O objetivo de futuro é continuar a reduzir de forma gradual a taxa de IRC, de modo

reforma do IRC foi feita a pensar na estabilidade e previsibilidade fiscal. É bom que saibamos preservar esse bem, sob pena de colocarmos em causa a nossa credibilidade, e com isso, deitar por terra todos os esforços até agora desenvolvidos, bem como os resultados já alcançados em termos de atração de investimento.

Ainda no âmbito do reforço da competitividade, foi muito importante a elaboração do chamado “Código Fiscal do Investimento”,

aprovado após a entrada em vigor da reforma do IRC. Assumiu-se, concretamente e também por esta via, que a promoção do investimento externo e interno é um pilar essencial da nossa retoma económica. O CFI corporiza uma estratégia focada no investimento produtivo, na recapitalização das empresas e no reforço significativo dos diversos regimes de incentivos fiscais ao investimento. Assim, as empresas que realizem investimentos produtivos passam a ter um crédito fiscal em IRC até 25% do valor do investimento, sendo que os investimentos que se localizem em regiões do interior menos favorecidas, passam a ter uma majoração especial até 10%. Por seu turno, os investimentos que proporcionem a manutenção ou a criação de novos postos de trabalho passam a ter uma majoração especial até 8%. Fica também clara a importância da coesão territorial e da criação de postos de trabalho, como dois elementos que se associam à prioridade de um investimento que seja capaz de gerar mais riqueza e melhores oportunidades, para todos. Com o novo Código Fiscal do Investimento pretendeu-se sistematizar num único diploma, todos os benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas que se encontravam, até então, dispersos. Assim, qualquer investidor que pretenda conhecer os benefícios fiscais à sua disposição, no nosso país, precisa apenas de recorrer e consultar este diploma. Trata-se assim de garantir uma maior transparência e uma maior simplicidade na interpretação da lei fiscal, elementos essenciais a um sistema fiscal que se quer competitivo.

Por outro lado, quando nos re-

« Assim, as empresas que realizem investimentos produtivos passam a ter um crédito fiscal em IRC até 25% do valor do investimento, sendo que os investimentos que se localizem em regiões do interior menos favorecidas, passam a ter uma majoração especial até 10%. Por seu turno, os investimentos que proporcionem a manutenção ou a criação de novos postos de trabalho passam a ter uma majoração especial até 8%. Fica também clara a importância da coesão territorial e da criação de postos de trabalho, como dois elementos que se associam à prioridade de um investimento que seja capaz de gerar mais riqueza e melhores oportunidades, para todos.

ferimos à ação deste Governo em matéria fiscal, importa também destacar a importante reforma da Administração Tributária e Aduaneira, que envolveu a fusão das três Direções-Gerais que a integravam e, bem assim, a reestruturação orgânica e integração dos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a qual foi absolutamente fundamental para assegurar a eficácia e a eficiência do funcionamento de toda a estrutura orgânica e técnica, que garante o adequado funcionamento do nosso sistema de impostos. Esta reorganização interna foi fundamental, designadamente, num vetor que é crítico, e que esteve e deverá estar sempre, na linha de

prioridade de atuação do Governo: o combate à fraude e à evasão fiscais e à economia paralela. No domínio da política fiscal, o combate sem tréguas contra a fraude e a evasão fiscais, é a única forma de garantir e salvaguardar a equidade social na austeridade e a justa repartição dos esforços dos contribuintes portugueses.

Assim, estando concluídas reformas de fundo na estrutura de impostos tão relevantes como é o caso do IRS e do IRC, as orientações estratégicas de futuro, deverão passar necessariamente pela concretização de iniciativas que permitam aprofundar, ainda mais, o nível de competitividade do nosso sistema fiscal, seja por via do desenvolvimento de novos mecanismos de simplificação, seja por via da celebração de mais convenções internacionais, seja por via da garantia de maior segurança jurídica aos investidores. É por este caminho que se potencia a atração de investimento, vital para a consolidação da nossa retoma económica. Adicionalmente, importará cumprir o recentemente aprovado “Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais” para o triénio 2015 a 2017, que marca uma nova fase no combate à economia paralela e à evasão e fraude fiscais e aduaneiras, mediante o reconhecimento de duas importantes inovações: por um lado, o papel da cidadania, reconhecendo que o combate à economia paralela, à evasão e à fraude fiscal e aduaneira não é uma função exclusiva das administrações fiscais, mas uma missão que envolve todos os cidadãos; por outro, a antecipação da intervenção da administração fiscal, que deve ser contemporânea com a

própria atividade económica.

Mas quando falamos de futuro, em matéria de política fiscal e de política para a autoridade tributária e aduaneira, temos que falar necessariamente de um trabalho de continuidade ao nível reforço das garantias dos contribuintes. As medidas que foram implementadas ao longo desta legislatura, são um bom exemplo dessa preocupação. Importa ter presente que, tendo em conta o grau e a natureza da informação de que a AT dispõe, cada vez mais completa, detalhada e sensível, será inevitável que se aprofunde a definição de novas soluções legais, técnicas e tecnológicas, que salvaguardem a preservação do direito ao sigilo fiscal, à igualdade e à proteção de dados pessoais. Assim, deveremos avançar, sem hesitações, com uma revisão cuidada, rigorosa e ponderada dos mecanismos de funcionamento e dos procedimentos atualmente seguidos por parte da AT, procurando identificar soluções adicionais adequadas à proteção dos contribuintes singulares e co-

letivos. Tal iniciativa deve basear-se naquelas que são as melhores práticas internacionais, sendo fundamental para assegurar a confiança plena e inabalável dos cidadãos, relativamente ao nosso sistema de impostos. Todo este trabalho deve naturalmente ser desenvolvido e implementado, sem colocar em causa a operacionalidade e o bom desempenho das funções dos colaboradores da AT, a quem tanto devemos pelo excelente desempenho que tiveram, nos últimos 4 anos. É também para a sua própria defesa e proteção, que tais métodos devem ser implementados.

Nunca é demais repetir que o CDS preserva e preservará sempre, no seu ADN, a defesa dos contribuintes e a moderação fiscal, sendo importante garantir uma efetiva justiça na repartição de sacrifícios, e uma atuação adequada e proporcional por parte da AT, no exercício das suas atribuições e competências, perante a realidade efetiva de cada contribuinte. Sob pena de ficar ferida a perceção de equidade e de justiça fiscal por parte dos cidadãos.

Em matéria de impostos, se todos pagarmos o que devemos pagar, então, devem estar reunidas as condições para que, cada um de nós, possa pagar menos no futuro.

Concluindo, o futuro Governo deve continuar a trabalhar no sentido de aliviar a carga fiscal que recai sobre as famílias e sobre as empresas, devolvendo rendimento aos contribuintes. Deverá manter, em simultâneo, a linha de combate, sem tréguas, à fraude e evasão fiscais.

Por uma questão de equidade, de justiça e de rigor. E a bem de Portugal.

Nunca é demais repetir que o CDS preserva e preservará sempre, no seu ADN, a defesa dos contribuintes e a moderação fiscal, sendo importante garantir uma efetiva justiça na repartição de sacrifícios, e uma atuação adequada e proporcional por parte da AT, no exercício das suas atribuições e competências, perante a realidade efetiva de cada contribuinte.

FICHA TÉCNICA

DIRETOR

Paulo Ralha

EDITORES

Paulo Ralha
Manuel Peixoto Novo
Nuno Balacó
Nuno Pires
Ana Gamboa
Carlos Carreira
Gonçalo Rodrigues
João Gonçalves
Hersília Oliveira
José Roldão

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Maria Rosa Pinto

DESIGN

Paulo Vila

PAGINAÇÃO

Barcul – Sociedade de Comunicação e Cultura, S.A.

PROPRIEDADE

Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
Avenida Coronel Eduardo Galhardo, 22 B
1199-007 Lisboa

IMPRESSÃO:

Lusoimpress, S.A.

DEPÓSITO LEGAL

359757/13

TIRAGEM

10.000 exemplares

PATROCÍNIO EXCLUSIVO

Medis



Uma política fiscal no quadro da alternativa política patriótica e de esquerda



RICARDO OLIVEIRA
PCP

Uma política fiscal, parte integrante da política patriótica e de esquerda tem que assumir uma efetiva rutura com as atuais opções e orientações de política tributária, e não só!

Em primeiro lugar é necessário desfazer o mito da direita que usa o sentimento geral do povo que está sujeito a uma excessiva carga fiscal em Portugal para justificar as contínuas reduções dos impostos que tributam o capital. A carga fiscal em Portugal é muito excessiva para os trabalhadores e para a generalidade das micro, pequenas e médias empresas (mpme), mas relativamente baixa para as grandes empresas, os grupos económicos e financeiros, para a especulação financeira e para os titulares de grandes fortunas. De facto para os trabalhadores e a generalidade das mpme os seus rendimentos e consumos são esmifrados até ao tutano! O problema não é saber se os impostos em Portugal são altos ou baixos. O problema é que são muito elevados para quem vive do rendimento do trabalho, e muito baixos para as Sociedades Gestoras de Patrimónios Sociais (as SGPS), para aqueles que transferem dividendos e outros rendimentos para o estrangeiro e para os que possuem elevados patrimónios financeiros!

Se olharmos para os grandes

números, verificamos que no plano europeu, em comparação com os países com quem nos relacionamos e no espaço económico em que nos integramos, a carga fiscal portuguesa não é excessiva. Encontramo-nos abaixo da média e somos dos países com menor carga fiscal. Este facto revela que a realidade portuguesa apresenta uma profunda desigualdade entre aqueles que estão sujeitos a um esforço tributário excessivo e aqueles que, beneficiando das opções políticas no plano legislativo e das orientações políticas da administração fiscal, assumem um esforço fiscal diminuto, face à sua capacidade económica e financeira.

Face a estas realidades aparentemente paradoxais é necessário saber: i) sobre quem recai o esforço de financiar o Estado; ii) e se esse facto compromete ou não o financiamento do Estado e o princípio constitucional de assegurar a redistribuição dos rendimentos através do acesso em condições de igualdade para todos às funções e competências do Estado – por via da diferenciação do seu financiamento que exige um maior esforço de contribuição/tributação aos que mais têm e mais podem.

A evolução das receitas fiscais ao longo dos últimos anos (que incluem o atual Governo PSD/CDS-PP e os anteriores governos PS)

demonstra que não é isso que sucede! A tendência neoliberal de canalizar o financiamento do Estado através dos impostos indiretos e de taxas, sobre os consumos, tende a sobrevalorizar o princípio do utilizador pagador, exigindo aos que menos têm um esforço relativo muito maior através de um peso maior do consumo no seu rendimento disponível. Por outro lado, a opção de assegurar uma aparência de competitividade às empresas através da política fiscal conduz à contínua e progressiva redução da tributação do capital, compensada por uma crescente tributação dos rendimentos do trabalho, com destaque para os médios e baixos rendimentos.

É com base nestas opções que o discurso dos sucessivos governos recai sobre a tentativa de associar as funções do Estado e a carga fiscal a um paradoxo, e como tal a uma relação impossível: para ter impostos baixos é necessário reconfigurar as funções do Estado e reduzir os direitos dos cidadãos; ou para assegurar determinado nível de concretização dos direitos e de qualidade das funções do Estado é necessário manter ou mesmo elevar a carga fiscal que recai sobre os cidadãos. Uma política fiscal justa deverá romper com esse dogma e falso paradoxo de que ou se reduzem as funções do Estado ou se baixam os impostos!

Essa rutura terá que responder às seguintes questões:

1. Para que serve uma política fiscal no quadro da política patriótica e de esquerda?

No cumprimento do artigo 103.º da Constituição da República Portuguesa, «o sistema fiscal visa a

«Se olharmos para os grandes números, verificamos que no plano europeu, em comparação com os países com quem nos relacionamos e no espaço económico em que nos integramos, a carga fiscal portuguesa não é excessiva. Encontramo-nos abaixo da média e somos dos países com menor carga fiscal. Este facto revela que a realidade portuguesa apresenta uma profunda desigualdade entre aqueles que estão sujeitos a um esforço tributário excessivo e aqueles que, beneficiando das opções políticas no plano legislativo e das orientações políticas da administração fiscal, assumem um esforço fiscal diminuto, face à sua capacidade económica e financeira.»

satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza».

Nesse sentido e no reforço do texto constitucional, para o PCP a política fiscal tem que assegurar, no fundamental, o financiamento do funcionamento do Estado, no cumprimento das funções e competências que lhe estão atribuídas pela Constituição da República Portuguesa, libertando o Estado da ditadura dos mercados e da especulação financeira.

O financiamento das funções do Estado deve atribuir um maior esforço fiscal aos que mais têm e mais podem, assegurando, dessa forma, uma componente de redis-

tribuição dos rendimentos, pois o acesso ao mesmo Estado é igual para todos.

Por outro lado a política fiscal deve dar um contributo fundamental para assegurar a base material e os meios financeiros necessários à própria concretização da política patriótica e de esquerda.

2. Como deve ser distribuído o esforço fiscal?

O esforço fiscal no quadro da política patriótica e de esquerda deve ter como objetivo inverter a opção de concentrar o esforço fiscal na tributação indireta através de impostos e taxas sobre o consumo, privilegiando a tributação dos rendimentos e dos patrimónios. Nesse sentido, os rendimentos mais elevados, nomeadamente os provenientes do capital – lucro e dividendos distribuídos – e os grandes patrimónios imobiliários e mobiliários deverão estar sujeitos a uma maior tributação (e no caso do património mobiliário devem passar a pagar imposto!). Assim, seria possível reduzir o IRS para os trabalhadores com rendimentos médios e baixos e reduzir o esforço efetivo do IRC para micro e pequenos empresários.

O PCP defende que a política fiscal deve reduzir a tributação sobre os consumos básicos e essenciais, nomeadamente no IVA e na nova tributação, hipocritamente apelidada de ambiental, assegurando que os consumos luxuosos e sumptuosos, assim como a especulação financeira, através das transações financeiras, passam a ser devidamente tributados.

Por fim, é necessário romper com a chamada competitividade territorial, eliminando a tendência

progressiva de municipalização dos impostos, assegurando que todo o Estado, toda a Administração, seja central, regional ou municipal passa a participar nas receitas do Estado devidamente e de acordo com as funções que lhe estão atribuídas.

Existem, ainda, outros princípios que a política fiscal deve assegurar:

a) **A simplificação do processo tributário**, embaratecendo os custos administrativos associados ao cumprimento das obrigações tributárias assessoriais e declarativas, eliminando repetições e processos desnecessários.

b) **A transparência da administração fiscal**, assegurando que o esforço inspetivo se concentra na prevenção e apoio ao cumprimento para os pequenos contribuintes em complemento do efetivo combate a práticas de fuga e evasão fiscal, de planeamento fiscal agressivo e de benefícios ilegítimos através da opção política de assegurar alçapões legais à medida dos interesses dos chamados grandes contribuintes, os grandes grupos económicos e financeiros e as grandes fortunas.

c) **A tributação dos rendimentos no território em que são gerados**, assegurando o combate à fuga, evasão e planeamento fiscais que os grandes grupos económicos e financeiros usam e abusam através da transferência e consolidação de rendimentos em empresas do grupo situadas em regimes fiscais mais favoráveis ou da gestão de preços de transferência intra-grupo, dessa forma manipulando os resultados a serem tributados.

d) **O combate efetivo aos paraísos fiscais**, que se encontrem em território nacional,

no seio da União Europeia ou em qualquer parte e recanto do mundo, proibindo e tributando de forma extraordinária as transferências, as relações económicas e os rendimentos que se estacionam nesses territórios para fugir às obrigações fiscais nacionais e para o branqueamento e lavagem de capitais obtidos indevidamente ou de forma ilícita.

Esta proposta de rutura deverá ser materializada através de propostas que, no passado mais recente, foram concretizadas através do Projeto de Lei «Contra a injustiça fiscal por uma tributação justa ao serviço de um Portugal democrático e soberano», assim como na discussão do último Orçamento do Estado.

Estas opções de política fiscal que o PCP propõe ao povo portu-

guês permitem romper com o tal paradoxo fiscal que a direita e os partidos que têm concretizado a política de direita tanto apregoam.

A redução da taxa do IVA para 21%, a par do regresso da eletricidade e do gás natural para os 6% e a restauração para os 13%; uma nova tabela de IRS com mais escalões, reduzindo a tributação para os rendimentos baixos e médios, elevando a tributação dos muito elevados, a par regressividade do direito às deduções em IRS; a implementação de uma regra que imponha que tributação em IRC nunca será inferior à que resultasse da respetiva aplicação da taxa de IRC aos resultados contabilísticos, a par de uma progressividade em sede de IRC que reduzindo o imposto para as micro, pequenas e médias empresas eleve o esforço tributário das grandes empresas e dos grupos económicos; a limitação da capacidade de diferimento de impostos e de constituição de créditos fiscais (entretanto alargado a 12 anos); o fim do PEC e a criação de um regime verdadeiramente simplificado para as micro empresas; a tributação das transferências financeiras dentro e fora de mercado e a tributação do património mobiliário; permitiriam reduzir em mais 5500 milhões de euros o esforço tributário das famílias e das micro e pequenas empresas, assegurando um reforço das receitas do Estado em cerca de 3800 milhões de euros.

Por outro lado, a par de uma política efetivamente direcionada para a promoção do fim de todos os paraísos fiscais, quer assim sejam, ou não, considerados no plano internacional (veja-se os casos da Holanda, do Luxemburgo, da Áustria, da Irlanda, etc.) é necessário

« Por outro lado, a par de uma política efetivamente direcionada para a promoção do fim de todos os paraísos fiscais, quer assim sejam, ou não, considerados no plano internacional (veja-se os casos da Holanda, do Luxemburgo, da Áustria, da Irlanda, etc.) é necessário assegurar que, enquanto estes persistirem, sejam criados um conjunto de mecanismos legais que limitem e controlem a transferência de rendimentos e dividendos para estes territórios e o estabelecimento de relações jurídico-económicas...

assegurar que, enquanto estes persistirem, sejam criados um conjunto de mecanismos legais que limitem e controlem a transferência de rendimentos e dividendos para estes territórios e o estabelecimento de relações jurídico-económicas, na maior parte dos casos utilizados para esconderem negócios ilegais e fugirem ao pagamento de impostos.

Ou seja, a proposta que o PCP já apresentou ao País e que é parte integrante de uma política fiscal no quadro da política patriótica e de esquerda rompe com os dogmas instalados, assegura a libertação de recursos financeiros necessários à elevação da qualidade de vida dos trabalhadores, pensionistas e das suas famílias, e ao incremento do investimento produtivo em setores não monopolistas, assegurando, em simultâneo, mais recursos para o Estado cumprir e assegurar as suas funções e os direitos das populações consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Parte integrante desta política fiscal será a conceção das funções e capacidades da própria Autoridade Tributária e Aduaneira.

Em primeiro lugar, através da necessária valorização dos seus trabalhadores, reconhecendo e assegurando as suas próprias especificidades, valorizando as suas carreiras e os seus salários (o PCP defende a reposição dos cortes salariais, o descongelamento das carreiras e o regresso à semana de 35 horas de trabalho para todos os trabalhadores das administrações públicas decididos pelo atual e anterior Governos) e reforçando os seus quadros.

Em complemento, reorientando a Autoridade Tributária e Aduanei-

« Em complemento, reorientando a Autoridade Tributária e Aduaneira para o apoio ao efetivo cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras dos contribuintes. Para isso deverá inverter-se a orientação de encerramento de repartições das finanças, assegurando a sua proximidade aos contribuintes e às atividades económicas sujeitas à intervenção da administração fiscal e aduaneira. Assegurada essa proximidade, sem desvalorizar a necessária componente punitiva dos incumprimentos sucessivos, a orientação da capacidade inspetiva para a ajuda ao cumprimento das obrigações será um meio para combater informalidades resultantes do tipo e dimensão das empresas e sociedades que compõe a maioria do tecido empresarial português.

ra para o apoio ao efetivo cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras dos contribuintes. Para isso deverá inverter-se a orientação de encerramento de repartições das finanças, assegurando a sua proximidade aos contribuintes e às atividades económicas sujeitas à intervenção da administração fiscal e aduaneira. Assegurada essa proximidade, sem desvalorizar a necessária componente punitiva dos incumprimentos sucessivos, a orientação da capacidade inspe-

tiva para a ajuda ao cumprimento das obrigações será um meio para combater informalidades resultantes do tipo e dimensão das empresas e sociedades que compõe a maioria do tecido empresarial português.

Em paralelo é da mais elementar justiça e equidade fiscal e social, promover um efetivo combate à grande fuga e evasão fiscal, a práticas de planeamento fiscal abusivas, à economia ilegal e ao branqueamento de capitais que, segundo estudos académicos recentes, representam mais de 1/4 do PIB português. Esta ação, coordenada e em cooperação com outras entidades do Estado, nomeadamente de combate ao crime organizado e ao crime económico, deve ser assumida como a prioridade da ação de investigação e combate ao crime fiscal por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Para a sua concretização é necessário reforçar os quadros da Inspeção Tributária a partir de novas contratações e da transferência de trabalhadores com qualificação e potenciais capacidades que hoje se encontrem em outros serviços das administrações públicas sem reduzir a capacidade de atendimento e de trabalho das restantes componentes da Autoridade Tributária e aduaneira.

Para o PCP a política fiscal é parte integrante e necessária da rutura com o atual rumo de declínio e destruição da política de direita, no entanto será a sua complementaridade e dialética com as restantes vertentes da política patriótica e de esquerda que permitirão iniciar um ciclo de desenvolvimento, de progresso e de esperança para o povo e para o País.

Fiscalidade: instrumento de desenvolvimento ou de empobrecimento?



EDUARDO CABRITA
Deputado do PS

I. A Fiscalidade ao serviço do empobrecimento e da prepotência administrativa

A situação económico-social portuguesa dos últimos anos constitui um exemplar laboratório de análise sobre as finalidades da tributação e o seu impacto nas diversas áreas da comunidade.

Classicamente a atividade tributária visaria uma função de criação das receitas necessárias ao funcionamento do aparelho político-administrativo as quais foram assumindo maior relevância à medida que as funções do Estado se foram alargando de uma dimensão mínima associada à salvaguarda da soberania para um complexo de tarefas próprias do Estado Social.

A própria origem da instituição parlamentar está associada à autorização para a cobrança do imposto que constituía a causa mais comum para a convocação das cortes medievais. A evolução da teoria da limitação de poderes conducente aos Estados constitucionais, quer sob a forma de monarquias liberais quer nas emergentes Repúblicas com destaque para a independência americana, vieram reforçar a centralidade do Orçamento enquanto instrumento anual de autorização de cobrança de impostos e de realização de despesas pelo Estado.

À função de arrecadação de receitas acresce nas sociedades modernas um conjunto de finalidades extra-fiscais desde uma preocupação de justiça fiscal ou redistribuição de rendimentos até à criação de estímulos à atividades económicas ou comportamentos dos cidadãos.

Domínios tão distintos da vida em sociedade como a promoção do acesso à habitação própria em vez do estímulo ao mercado de arrendamento, o privilégio da motorização a gasóleo relativamente à gasolina ou a tímida recente promoção de veículos menos poluentes ou o consumo de bebidas ou tipos de tabaco são em larga medida determinados pelos sinais políticos dados pela política fiscal.

As opções dos últimos anos são por isso gravemente reveladoras de um tempo assaz preocupante em que o imposto foi erigido como o elemento central de uma estratégia de ajustamento orçamental visando a revisão em baixa dos níveis de riqueza.

A evolução verificada entre 2011 e 2014 revela uma combinação perigosa entre uma elevação sem precedentes da carga fiscal e um empobrecimento invulgar da generalidade dos contribuintes. Assume por outro lado particular gravidade o uso da administração tributária para fins relevantes para o setor financeiro ou para as concessionárias de auto-estradas expondo-a ao custo de ser envolvida em litígios de natureza controversa que afetam a credibilidade da máquina fiscal.

Por outro lado o indispensável reforço do combate à fraude fiscal foi confundido com folclore colateral como o sorteio de au-

tomáveis ou a desigualdade fiscal resultante da atribuição aos contribuintes da responsabilidade pela classificação e declaração de faturas.

As execuções fiscais de casas de morada de família por dívidas irrisórias são exemplos chocantes de degradação das prioridades fiscais da Administração Tributária sobretudo quando comparadas com a generalização do recurso a mecanismos arbitrais por parte dos grandes contribuintes ou do desinteresse do Governo português pelos esforços de harmonização fiscal à escala europeia ou relativamente às tentativas de contenção dos paraísos fiscais.

2. A redescoberta da função social do IRS

Ao longo da presente legislatura verificou-se uma significativa alteração do peso relativo dos grandes impostos com um desproporcionado incremento do papel do IRS na carga fiscal que representou cerca de 80% do ajustamento orçamental efetuado.

A grande reforma descaracterizadora do IRS foi efetuada no Orçamento do Estado para 2013 ao reduzir os escalões de oito para cinco e ao consagrar a permanência da sobretaxa enquanto se verificasse a situação de emergência financeira.

O efeito conjugado dos dois movimentos foi o de provocar um aumento de receita superior a 35% e degradar gravemente a progressividade e personalização do IRS.

A alegada reforma fiscal de 2015 promotora das famílias numerosas através da introdução do chamado quociente familiar é uma medida cirúrgica marcadamente

« A evolução verificada entre 2011 e 2014 revela uma combinação perigosa entre uma elevação sem precedentes da carga fiscal e um empobrecimento invulgar da generalidade dos contribuintes. Assume por outro lado particular gravidade o uso da administração tributária para fins relevantes para o setor financeiro ou para as concessionárias de auto-estradas expondo-a ao custo de ser envolvida em litígios de natureza controversa que afetam a credibilidade da máquina fiscal. »

ideológica com irrisória relevância fiscal. O eventual desagrevamento fiscal de cerca de 150 milhões de euros favorece um nicho muito limitado de contribuintes de rendimentos elevados e é irrisória se comparado com os 3.2 mil milhões de euros do “enorme aumento” de IRS em 2013.

Importa assim, com a prudência necessária para não degradar o saldo orçamental, retomar um caminho de redescoberta da progressividade do IRS em que um primeiro passo deverá ser a eliminação da sobretaxa proporcional atualmente existente.

A dedução por cada dependente permitirá eliminar a afronta à justiça fiscal que é o modelo do quociente que aumenta o benefício dos filhos na medida da riqueza do agregado familiar a que pertencem.

3. Um IRC amigo do investimento e da inovação empresarial

No final de 2013 o Governo apresentou uma chocante proposta de reforma do IRC na qual, como foi na altura denunciado pelas associações empresariais, as pequenas empresas pagariam com um aumento de 75% do pagamento especial por conta o abatimento da taxa aplicada às grandes empresas.

Com sentido patriótico e atenção prioritária relativamente às pequenas empresas o PS conseguiu impedir o agravamento do PEC, criar uma taxa reduzida de 16% para as pequenas empresas, aumentar a derrama estadual sobre as grandes empresas e, acima de tudo, condicionar a evolução futura a uma avaliação global da situação fiscal a reduções de IRS e de IVA.

Provando a sua má fé, obsessão ideológica e preconceito social no Orçamento do Estado para 2015 o Governo demonstrou a sua natureza de marginal relativamente ao Estado de Direito não honrando o esforço de concertação do PS ao manter inalterada a violência fiscal em IRS e IVA enquanto reduzia unilateralmente o IRC para todas as empresas de 23% para 21%.

O verdadeiro problema estrutural das empresas é o excessivo endividamento bancário em níveis insustentáveis pelo que as ações prioritárias neste domínio devem incidir na promoção do financiamento com recurso a capitais próprios e no incentivo ao reinvestimento dos lucros.

A modernização das empresas através do investimento em I&D, a aposta em vínculos laborais es-

táveis e na qualificação dos trabalhadores e o estímulo à eficiência energética são áreas em que instrumentos de política fiscal devem ser usados com finalidades que não têm essencialmente a ver com a captação de receitas.

Os benefícios fiscais às empresas devem ser transparentes correspondendo a claros objetivos de política económica devendo ser eliminados ou consolidados a multiplicidade de normas de carácter pouco focado e por vezes contraditório que contribuem para a ideia de opacidade na tributação das empresas.

4. Um IVA simplificado e amigável do emprego

É essencial simplificar as tabelas de IVA e criar um sistema de conta-corrente entre os contribuintes e as empresas que agilize os reembolsos e impeça os danos económicos resultantes do pagamento de imposto relativamente a vendas não concretizadas.

Por outro lado importa corrigir o desastroso erro que constituiu o aumento para 23% do IVA sobre a restauração. A reposição em 13% do IVA da restauração deverá ser acompanhada de uma estreita monitorização dos efeitos na receita fiscal e na criação de emprego de modo a avaliar os efeitos globais.

5. Reabilitação Urbana, Eficiência Energética e Transportes Públicos como eixos de uma verdadeira “fiscalidade verde”

A promoção de objetivos associados à promoção da qualidade de vida urbana e ao incremento da competitividade das cidades exigem uma estratégia fiscal integra-

« Ao longo da presente legislatura verificou-se uma significativa alteração do peso relativo dos grandes impostos com um desproporcionado incremento do papel do IRS na carga fiscal que representou cerca de 80% do ajustamento orçamental efetuado.

da conjugando impostos nacionais e locais, sobre as empresas e as pessoas e uma grande simplicidade nos mecanismos e transparência nos objetivos.

Apoiar a reabilitação implica penalizar a sério os prédios devolutos e cercear a construção nova. A eficiência energética exige uma ativa fiscalidade dos comportamentos nas empresas e para os cidadãos. Promover o uso do transporte público não pode permitir a dispersão de sinais que lhe reduzam a atractividade relativamente ao transporte individual.

6. Uma AT ágil, simplex e motivada

A AT tem sido vítima da instabilidade que tem atormentado toda a Administração Pública agravada pela sensibilidade criada pelo enorme aumento de impostos e pela sensação de prepotência burocrática.

A AT tem de ser libertada de atividades que lhe são estranhas, reforçar a fiscalização e o combate à fraude e evasão assentes na relevância da receita e

deixar de perturbar injustificadamente os contribuintes cumpridores.

A dispensa de atos inúteis e a pedagogia fiscal devem ser armas numa relação descomplexada com os contribuintes.

A aposta na formação e a motivação dos trabalhadores da AT bem como a adequada dotação com os recursos humanos necessários à eficácia inspetiva são exigências para a reconstrução do espírito de confiança entre os trabalhadores da AT e a recuperação da credibilidade posta em causa pela forma como o Governo tenta manipular os serviços e tratá-los como bode expiatório da sua incapacidade técnica e política.

7. Estabilidade Fiscal e confiança na AT

O reforço da previsibilidade sobre a evolução da fiscalidade ao longo da legislatura deverá constituir uma prioridade do próximo Governo pelo que o PS propõe que as alterações na lei fiscal sejam feitas apenas uma vez em cada legislatura.

A clareza sobre as opções de política fiscal é decisiva para a confiança dos investidores.

A transparência e celeridade das decisões da AT constituem igualmente pontos estruturantes de uma agenda de mudança em que a recuperação da auto-estima dos trabalhadores é a pedra basilar.

Concentração na eficácia na obtenção de receitas com Justiça Fiscal e transparência nos objetivos extra-fiscais são os pilares de uma estratégia tributária que associe boas finanças públicas ao crescimento económico e à criação de emprego.

A importância da Autoridade Tributária



DUARTE PACHECO
Deputado do PSD

Durante anos os portugueses habituaram-se a exigir direitos e responsabilidades ao Estado, não sentindo ser seu dever dar um contributo para com esse mesmo Estado.

Assim, muitos pagavam os seus impostos, mas existia uma cultura social «solidária» com aqueles que não pagavam impostos, como se o Estado, não fosse todos nós, como se o Estado fosse uma entidade terceira que poderia sobreviver sempre com o financiamento de alguns outros.

Como vai longe o sentimento de responsabilidade coletiva que conduzia empresários, trabalhadores e consumidores a cumprir as suas obrigações fiscais.

Sucessivos governos tentavam inverter a permissividade com a fuga ao fisco, apelando à consciên-

cia individual e coletiva, mas com um sucesso limitado.

Simultaneamente, foi realizado um enorme investimento em instrumentos legais, informáticos e de procedimentos de modo a dotar a Autoridade Tributária de condições adequadas para um melhor desempenho da sua ação, com a convicção de que as obrigações fiscais correspondem a um dever de cada um e que se este for cumprido, alcançaremos uma sociedade mais justa.

É neste enquadramento que chegamos aos dias de hoje.

Temos uma Autoridade Tributária prestigiada na eficiência e eficácia no desempenho das suas funções - a receita fiscal atinge valores record face à fraude e evasão fiscal. Bem apetrechada do ponto de vista técnico; com instrumentos legais adequados quer de índole nacional quer internacional; com um quadro de pessoal competente, com formação e independente, a Autoridade Tributária recuperou a imagem de competência das antigas Direções Gerais, nomeadamente da ex-Direção-Geral das Contribuições e Impostos, levando mesmo a ver as suas competências alargadas à cobrança de receita não fiscal - sejam taxas moderadoras ou portagens de autoestradas.

Só com a adequada receita fiscal, o Estado pode assegurar as suas funções, quer de soberania, quer na esfera social e porventura reduzir a carga fiscal que é exigida a cada contribuinte.

Em democracia, nada, nem ninguém está livre do escrutínio público e mediático e naturalmente, erros podem acontecer, comportamentos reprováveis também, atuações em que o bom senso não se

«**Em democracia, nada, nem ninguém está livre do escrutínio público e mediático e naturalmente, erros podem acontecer, comportamentos reprováveis também, atuações em que o bom senso não se tenha imposto, podem ser notícia, mas não devem pôr em causa a qualidade geral do trabalho e a seriedade da atuação da Autoridade Tributária.**»



tenha imposto, podem ser notícia, mas não devem pôr em causa a qualidade geral do trabalho e a seriedade da atuação da Autoridade Tributária.

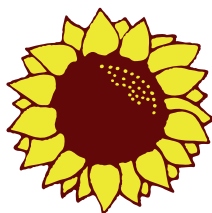
A Autoridade Tributária, deve assim aprofundar a caminhada que veio a desenvolver.

- Apostar na formação dos seus quadros, quer na componente técnica, quer na componente ética do exercício da função;
- Reforçar o investimento na componente informática que permita um combate permanente aos prevaricadores;
- Referenciar melhorias legislativas ao nível nacional e internacional que devam ser desenvolvidas;
- Aperfeiçoar procedimentos que garantam a identificação de comportamentos errados eticamente e ilegais por parte de funcionários menos escrupulosos;
- Compatibilizar mecanismos automáticos com comportamentos humanos de bom senso, que evitem atuações exageradas, desproporcionadas, e que choquem os contribuintes e os cidadãos.

Ao sentido de responsabilidade da cúpula da Autoridade Tributária deve corresponder funcionários diligentes e eticamente irreprensíveis e uma estrutura sindical representativa dos trabalhadores que zele pelos direitos e deveres dos mesmos, sem se deixar conduzir para o combate político-partidário.

A Autoridade Tributária, como ativo fundamental do Estado, devia assim preservar o que alcançou, desempenhar com descrição, eficácia, eficiência e sensatez as determinações do poder político, para manter a sua imagem de competência e independência neste nosso Portugal.

Partido Ecologista "Os Verdes" propomos na área fiscal e aduaneira



AFONSO LUZ

Membro do Conselho Nacional do PEV

Antes de mais, em nome do Partido Ecologista os Verdes, endereço as nossas felicitações pela iniciativa de levar ao conhecimento dos vossos associados as propostas dos Partidos Políticos quanto às matérias que mais interferem com a vossa atividade.

Manifestamos, também, o nosso agradecimento pelo convite para colaborar nesta iniciativa e, assim, termos a possibilidade de vos apresentarmos as nossas posições políticas sobre estas matérias.

I. Propostas do Partido Ecologista Os Verdes, na área fiscal e aduaneira

As propostas do PEV, na área fiscal e aduaneira, constam da Moção Global aprovada na nossa 13.ª Convenção, realizada nos passados dias 29 e 30 de maio, no Fórum Lisboa.

Transcreve-se, a seguir, o conteúdo da Moção, na parte em que é abordada esta temática:

O Partido Ecologista Os Verdes defende um sistema fiscal ecologista. Um sistema fiscal ecologista é aquele que não dissocia os objetivos de justa repartição da riqueza do desígnio da promoção de uma melhor qualidade de vida.

Ao nível da fiscalidade ambiental, propriamente dita, o PEV considera que ela deve ser sobretudo incentivadora e não penalizadora, e que não pode funcionar como

es": o que duaneira

mais um imposto indireto aplicado de forma cega.

Por outro lado, Os Verdes pensam que uma fiscalidade ambiental não pode, hoje, deixar de fora aquele que é um dos paradigmas que mais urge transformar nos próximos tempos, para garantir melhores desempenhos ambientais da nossa sociedade: a menor utilização do transporte individual e uma utilização mais massiva do transporte coletivo.

Mas essa transformação não pode ser feita se não existir uma rede de transportes coletivos que sirva as necessidades dos cidadãos.

Por outro lado, há medidas que desfavorecem o incentivo à mobilidade coletiva, como a implementação de uma taxa de carbono que possa vir a constituir fator de aumento dos títulos do transporte coletivo, e que penaliza aqueles que, mesmo que queiram usar um meio coletivo de transporte, não têm oferta disponível.

São necessários investimentos e oferta de alternativas para a realização de escolhas mais sustentáveis e, por isso, o PEV propõe, designadamente, a consignação de uma percentagem da receita do ISP (entre 1% e 2%) ao investimento na melhoria e no alargamento da rede de transportes coletivos; que o incentivo ao abate de veículos em fim de vida se possa fazer, mediante pedido dos cidadãos, através do pagamento em vales de

« **Para além da injustiça que já vimos resultar dos impostos indiretos, os impostos diretos também estão desenhados de modo a fomentar uma injusta repartição da riqueza. Não é tolerável que os grandes grupos económicos e financeiros continuem a constituir cada vez mais despesa fiscal para o Estado (por via da baixa de impostos como o IRC e de múltiplos benefícios fiscais), enquanto o rendimento sobre o trabalho constitui cada vez maior peso na receita do Estado (por via do aumento do IRS e da redução de vários benefícios fiscais). Para termos uma ideia do peso relativo destes impostos, verifica-se que em 2014 o IRC representou pouco mais de 10% das receitas do Estado e o IRS mais de 30% dessas receitas fiscais.**

transporte coletivo que permitam usufruir da mobilidade coletiva; o incentivo à mobilidade suave, designadamente por via da redução do IVA para aquisição e reparação de bicicleta.

O IVA é um dos impostos indiretos com maior peso nas receitas fiscais, que gera muitas injustiças sociais, penalizador sobretudo para quem tem menos recursos económicos. Para além disso, é um imposto com claros efeitos recessivos na economia.

O peso do IVA deve ser pro-

gressivamente diminuído nas receitas fiscais globais.

Assim, o PEV considera que é importante descer, para já, a taxa normal do IVA para os 21%.

Para além disso, em função de objetivos concretos a prosseguir, a taxa do IVA deve ser urgentemente ajustada: o IVA na restauração deve ser reposto à taxa intermédia (13%), para efeitos de melhoria da dinamização económica e de reequilíbrio do setor; a eletricidade e o gás natural devem ser tributados à taxa reduzida de IVA (6%), por se tratarem de serviços essenciais, ajudando a prevenir certos dramas sociais a que se continua a assistir, de famílias que têm que prescindir, por incapacidade de pagamento, destes serviços essenciais; os eletrodomésticos mais eficientes do ponto de vista energético devem ser sujeitos à taxa reduzida do IVA (6%), para melhorar os desempenhos de eficiência energética dos lares portugueses (medida de fiscalidade ambiental).

Para além da injustiça que já vimos resultar dos impostos indiretos, os impostos diretos também estão desenhados de modo a fomentar uma injusta repartição da riqueza. Não é tolerável que os grandes grupos económicos e financeiros continuem a constituir cada vez mais despesa fiscal para o Estado (por via da baixa de impostos como o IRC e de múltiplos benefícios fiscais), enquanto o rendimento sobre o trabalho constitui cada vez maior peso na receita do Estado (por via do aumento do IRS e da redução de vários benefícios fiscais).

Para termos uma ideia do peso relativo destes impostos, verifica-se que em 2014 o IRC represen-

tou pouco mais de 10% das receitas do Estado e o IRS mais de 30% dessas receitas fiscais. Significa isto que, apesar dos lucros das grandes empresas e do estrangulamento da generalidade dos agregados familiares, estes pagam o triplo ao Estado.

Importa reequilibrar o contributo que IRC e IRS dão para o bolo global de receitas públicas e assegurar que quer o IRC quer o IRS são desenhados de modo a colocar os sujeitos passivos a contribuir em função da sua efetiva capacidade de contribuição.

Assim, o PEV propõe urgentemente que a taxa de IRC suba dos atuais 21% para os necessários e anteriores 25%, criando, contudo, um regime destinado às micro, pequenas e médias empresas com taxa reduzida de 12,5% para os primeiros 12.500€ de lucro, e uma taxa de 15% para os primeiros 5 anos de exercício para aquelas micro, pequenas e médias empresas que se instalem e exerçam atividade no interior do país, de modo a combater as assimetrias regionais e o abandono do interior (medida de fiscalidade ambiental) e a criar oportunidades de emprego nessas regiões mais deprimidas.

Em relação ao IRS, o PEV propõe urgência na multiplicação de escalões de tributação de rendimento, para um mínimo de 10, de modo a gerar maior justiça fiscal, bem como a imediata eliminação da sobretaxa de IRS.

Simultaneamente, propomos que se acabem de forma clara com as imoralidades das isenções fiscais ao sistema financeiro e às grandes empresas, que levou a que recentemente o Novo Banco beneficiasse de, pelo menos, 85 milhões de

euros (podendo esse montante ainda ascender a centenas de milhões de euros).

Consideramos também que a contribuição extraordinária para o setor energético, cujo regime impede a sua repercussão sobre o consumidor, se deve tornar permanente, na medida em que as grandes empresas do setor obtiveram lucros bastante significativos, mesmo com a implementação da referida contribuição, revelando-se, pois, injusta a sua eliminação.”



A posição do PEV quanto às políticas de recursos humanos da Autoridade Tributária e Aduaneira não difere daquela que tem para a generalidade dos trabalhadores em funções públicas, nomeadamente no que se refere, desde logo, à necessidade de reposição imediata dos valores salariais, de desbloquear a progressão nas carreiras e de redução do horário de trabalho para as 35 horas.

Tendo, no entanto, em conta as especificidades da atividade dos trabalhadores dos impostos e o impacto que a sua atividade tem na economia e nas finanças do país, entendemos ser fundamental que o foco se coloque em duas vertentes: combate à evasão fiscal e qualidade do serviço prestado.

2. Políticas de recursos humanos para a Autoridade Tributária e Aduaneira

A posição do PEV quanto às políticas de recursos humanos da Autoridade Tributária e Aduaneira não difere daquela que tem para a generalidade dos trabalhadores em funções públicas, nomeadamente no que se refere, desde logo, à necessidade de reposição imediata dos valores salariais, de desbloquear a progressão nas carreiras e de redução do horário de trabalho para as 35 horas.

Tendo, no entanto, em conta as especificidades da atividade dos trabalhadores dos impostos e o

impacto que a sua atividade tem na economia e nas finanças do país, entendemos ser fundamental que o foco se coloque em duas vertentes: combate à evasão fiscal e qualidade do serviço prestado.

Para a prossecução destes dois objetivos é fundamental:

- O reforço dos meios humanos e materiais;
- A aposta na formação contínua;
- A produção de legislação fiscal com qualidade, que não dê lugar

a constantes interpretações de diversas instituições, quantas vezes antagónicas entre si, deixando os trabalhadores dos impostos e todos os utentes (famílias e empresas) em completa confusão, tal como se tem assistido, particularmente nos últimos anos;

- Manutenção dos postos de atendimento em todos os locais do país onde já existam e eventual criação de novos, onde tal se justifique, como forma de aproximação às populações, e rejeição do modelo de transferência desse atendimento para as autarquias, com evidente prejuízo para a qualidade do serviço prestado.



FRANCISCO LOUÇÃ
Economista

“Os resultados demonstram não só que o referendo foi fundamental para a democracia como que é uma vitória esmagadora para o Syriza. Venceram contra tudo e contra todos. Como quer que se leia, é uma bofetada para Berlim. Tsipras é hoje, do ponto de vista democrático, o dirigente mais autorizado da Europa.

Mas depois vem a segunda-feira. Haverá um acordo em 24 horas, como admitiu Varoufakis? Parece difícil. Mas seria necessário, porque em poucas horas os bancos cessarão todos os pagamentos e o que tiver que ser decidido deve ser já. Ou um acordo, com financiamento-ponte e alteração da dívida, ou a Grécia é forçada a ter moeda própria. Qualquer hesitação desencadeará movimentos irreversíveis.”

Depois da vitória, o mais difícil começa agora

Era arriscadíssimo e difícilimo. Recorrer à última arma do referendo – que tinha já sido impedido pelas autoridades europeias em 2011 – resumia a situação grega: sem acordo sobre a reestruturação da dívida, qualquer medida fiscal que diminuísse a procura seria provisória e certamente contraproducente; mas, com o referendo, não sobrava mais nada, só a vitória ou a derrota, sem margem para recuar. Entre a espada e a parede, a escolha foi enfrentar a espada.

Ao chegar aqui, o governo Tsipras tinha vulnerabilizado a sua posição. Deixou esgotar as reservas públicas e as dos bancos. Fez cedências sucessivas e criou instabilidade na sua base de apoio, porque teve que recuar em promessas eleitorais. Mostrou uma credulidade injustificada sobre os seus parceiros e esperou acordos de boa fé, que os factos desmentiram. Permitiu que se chegasse à situação em que os bancos tiveram que fechar, o que em qualquer outro país desencadearia uma avassaladora vaga de medo. Mas, na 25.^a hora, decidiu pela democracia, uma arma que só podia surpreender e chocar os chefes da troika.

Os resultados demonstram não só que o referendo foi fundamental para a democracia como que é uma vitória esmagadora para o Syriza. Venceram contra tudo e contra todos. Como quer que se leia, é uma bofetada para Berlim. Tsipras é

hoje, do ponto de vista democrático, o dirigente mais autorizado da Europa.

Mas depois vem a segunda-feira. Haverá um acordo em 24 horas, como admitiu Varoufakis? Parece difícil. Mas seria necessário, porque em poucas horas os bancos cessarão todos os pagamentos e o que tiver que ser decidido deve ser já. Ou um acordo, com financiamento-ponte e alteração da dívida, ou a Grécia é forçada a ter moeda própria. Qualquer hesitação desencadeará movimentos irreversíveis.

Na via das dúvidas, o chefe do Bundesbank já fez as contas – só agora? – de quanto a Alemanha poderia perder com a saída da Grécia e a cessação do pagamento da sua dívida, a soma é decerto feia. Os mercados financeiros vão cair para o abismo do pânico. Quando escrevo esta nota, no domingo dia 5 de julho, sabe-se que Merkel vai reunir de emergência com Hollande, depois das horas de susto nas capitais europeias, mas não se sabe o que querem. Ela não parece saber o que fazer, está a ganhar tempo quando não tem tempo.

Ora, para chegar a um acordo em pouco tempo, seria precisa uma combinação de dois factores difíceis: uma cedência de Tsipras em relação a algumas das condições do ultimato anterior e uma inesperada cedência de Merkel quanto ao abatimento da dívida, de modo a que os pagamentos gregos tenham

um alargado período de carência e um peso reduzido (como até o FMI propôs). Só essa combinação parece poder garantir um acordo. Todos ganhariam e perderiam, todos poderiam reclamar alguma coisa, mas a situação da Grécia mover-se-ia um pouco ou muito, consoante o impacto do acordo sobre a dívida. A diferença é entre a sustentabilidade e a ruína da austeridade.

Ainda assim, tal acordo terá que ser aprovado em parlamentos difíceis, povoados de direitas populistas, nem todas obedecem disciplinadamente a Merkel. Além de que deve ter-se em atenção o que farão os socialistas europeus, podem ser perigosos. Foi Martin Schultz, presidente do Parlamento Europeu, quem decretou na véspera do referendo que com o Não a Grécia seria expulsa do euro, o que obviamente não é a escolha do governo de Atenas. Na Europa, ninguém foi tão longe como ele (Cavaco Silva não conta). Para os socialistas, o problema não é só a austeridade e as perdas da finança, é um adversário político que garante que os trabalhadores e reformados não estão condenados ao purgatório e têm uma palavra a dizer. É um susto, sobretudo quando estão mimetizados com a direita e são merkelianos entre os merkelianos. Ou seja, o referendo grego exibiu a confusão política que é a Europa. E revelou a inconsistência dos governantes que mandam: antes não acreditaram que podiam ser desafiados, durante toda a semana não acreditaram que podiam ser vencidos e agora não sabem o que fazer. Simplesmente, há perante eles um povo que exige o fim da atrocidade da renda financeira e está disposto a lutar. Que belíssima lição.

Os dias das listas

De facto, desde o acordo de 20 de fevereiro, o tempo correu contra os gregos. Esse acordo permitiu algum recuo da tensão imediata (no dia 1 de março não foi aumentado o IVA nem reduzidas as pensões, como o governo da direita e do partido socialista tinham previsto), mas prometeu vantagens que não podia cumprir (suspender a austeridade e permitir o início da recuperação económica) ou que foram imediatamente congeladas (melhorar a liquidez do sistema bancário e permitir-lhe comprar dívida pública de curto prazo). O que se iniciou foi uma guerra de manobras e de pressões em que a Grécia tem procurado resistir. Por isso mesmo, Tsipras reconheceu numa entrevista que as instituições europeias signatárias do acordo não têm sido parceiros de boa fé e que foi um problema não explicitar a contrapartida em termos de garantia de liquidez.

Essa pressão tem sido implacável. O BCE proibiu os bancos gregos de comprarem dívida pública e, de facto, não permite que o Estado grego se refinance. As autoridades europeias pretendem continuar o protectorado. Assim, a União Europeia protestou contra a lei aprovada por quase unanimidade no parlamento grego e que estabeleceu medidas de alívio de emergência para os mais pobres. Não foi recebido nem um centimo dos empréstimos prometidos e são exigidas mais listas de medidas, incluindo a retomada das privatizações, o adiamento da recuperação do salário mínimo e o recuo nas escolhas de alívio fiscal. Mesmo os dinheiros que são dos gregos (a sua parte nas operações do BCE) não lhes são

entregues se as suas medidas não forem aprovadas num exame, que deveria ter decorrido em abril.

De pouco tem servido às autoridades gregas terem hoje provas de que as contas do défice de 2009 foram falsificadas para exagerar a sua dimensão, abrindo caminho ao encarecimento da dívida e posteriormente ao resgate, com um efeito de bola de neve que ainda não se desvaneceu. De nada serve que um anterior ministro das finanças seja condenado por ter favorecido a família e escondido as suas responsabilidades em fraudes fiscais. Agora é a hora dos acertos de contas. E, portanto, o tempo é curto.

A política de Merkel e da União é muito evidente e ela não tenta camuflá-la: levar a Grécia à beira da bancarrota a curtíssimo prazo para a obrigar a prosseguir a política que o eleitorado rejeitou, humilhando assim o país, exibindo a sua derrota como vacina europeia, mostrando ainda que Merkel só permite outro Hollande, nunca um opositor. O governo grego tem resistido a esta política, o que faz dele um caso único na Europa.

Esta corrida para o abismo é implacável e está por poucas semanas. A 9 de abril, a Grécia conseguiu os 450 milhões de euros para pagar a conta ao FMI e, em maio, conseguiu mais 900 milhões através de um subterfúgio, recorrendo a um fundo de reserva do próprio FMI para lhe pagar. Mas o dinheiro tem que ser reposto em pouco tempo. Depois, adiou o pagamento ao FMI para fim de Junho e, finalmente, entrou em incumprimento porque não tinha outra alternativa.

Semana a semana, vai sendo difícil pagar as contas do Estado se não houver uma nova entrada de recur-

sos que reforce a tesouraria. Por isso, o governo chegou a recorrer a todas as medidas possíveis: usou fundos de pensões, adiou pagamentos, mobilizou subsídios que eram para agricultores, tentou contrair empréstimos de curto prazo em mercados monetários, mobilizou os fundos das empresas públicas e das autarquias através de uma lei de emergência. Entretanto, está a procurar antecipar impostos e aumentar as receitas com uma amnistia fiscal.

Entretanto, ao admitir a hipótese da saída da Grécia do euro, Draghi aceitou desencadear a especulação sobre essa possibilidade. Resta saber se ela já está a ser negociada em segredo ou, se acontecer por acidente ou por desígnio, se estão prontos os necessários planos de contingência. O impacto de qualquer escolha, para a Europa e para a esquerda em todos os países vitimados pela crise dos últimos anos, será essencial para o mapa político do nosso tempo.

A força da razão grega

Num relatório recente, o Bank of America Merrill Lynch apresentou três cenários para a Grécia. O cenário “bom” é Tsipras assumir o papel de alguém que chega ao governo com pergaminhos de esquerda para depois aplicar uma política que proteja os mercados. Mas esse cenário é ingênuo, porque os mercados financeiros saem de uma grave crise mundial, recompuseram a sua rentabilidade garantindo rendas, nomeadamente sobre as dívidas públicas, impuseram mudanças de contratos sociais, generalizaram a austeridade e a transformação do trabalho em mercadoria precarizada – numa palavra, não recuam, não permitem alívio, antes exigem

« A política de Merkel e da União é muito evidente e ela não tenta camuflá-la: levar a Grécia à beira da bancarrota a curtíssimo prazo para a obrigar a prosseguir a política que o eleitorado rejeitou, humilhando assim o país, exibindo a sua derrota como vacina europeia, mostrando ainda que Merkel só permite outro Hollande, nunca um opositor.

destruição. Mais ainda, os agentes políticos dessa adaptação estão radicalizados: o SPD alemão, social-democrata, faz parte do governo de Merkel e é fiel à sua política.

O cenário “mau” para o Bank of America é continuar tudo na mesma. Tem razão, a Grécia já cumpriu o ajustamento de austeridade como nenhum outro país e o resultado foi o agigantar da dívida para 177% e portanto o agravamento da austeridade. A OCDE classifica a Grécia como campeã das “reformas estruturais”, ou seja, da austeridade, ao longo de todo o tempo da crise internacional (2007 a 2014). O resultado é que a economia não consegue evitar uma longa depressão.

Finalmente, o cenário “feio” é a saída do euro, o controlo de capitais e perdas dos credores. Ou seja, a incerteza e o risco.

O nosso argumento é que o governo da Grécia faz bem em enfrentar os credores e em defender o seu povo. Por duas razões, uma estrutural e outra conjuntural, e vai ser a última que vai decidir. A

razão estrutural é verificável na comparação entre a dinâmica da produção industrial na Europa antes do euro (a Grécia cresce mais do que a Alemanha) e depois do euro (a Alemanha beneficia e todos os outros perdem). O euro foi um grave problema para as economias mais frágeis: Varoufakis sublinhava-o bem, ao dizer que, se pudesse voltar atrás, a Grécia nunca deveria ter aderido a estas regras, acrescentando depois que é muito difícil agora sair delas. Em todo o caso, para recuperar a capacidade industrial e para criar emprego, é sempre preciso sair do colete de forças da austeridade e não há compromisso bondoso que seja possível no quadro da aplicação do Tratado Orçamental durante os próximos vinte anos.

Mas tudo vai ser decidido brevemente e por outra razão. É que um governo que esteja submetido à provação de lutar dia a dia pelo pagamento dos salários fica sem capacidade para resolver os problemas fundamentais do desemprego. A Grécia tem escolhido recusar esse condicionamento que é a austeridade, ou seja, recusa submeter-se a continuar a ter a certeza de falhar e ficar pior. No seu discurso recente na conferência do *Economist*, foi precisamente esse o argumento de Alexis Tsipras. O referendo tornou claro que o governo e a maioria da população não estavam dispostos à continuação da humilhação do protectorado.

A força externa da Grécia: a questão da dívida da Alemanha

Mas poderia a Grécia evitar este conflito, ganhar tempo e conseguir fazer ceder os seus parcei-

ros europeus, apesar desta intransigência e da firmeza que Merkel tem demonstrado? Tudo depende da relação de forças.

Para melhorar a sua capacidade de iniciativa, o governo de Tsipras relançou a questão da dívida nazi à Grécia. Numa conferência de imprensa ao lado de Merkel, Tsipras reafirmou que pretende uma negociação sobre a dívida da Alemanha à Grécia em resultado da ocupação nazi, de 1941 a 1944. Fez bem e foi importante que mostrasse que não há duas linguagens, uma em Atenas e outra em Berlim.

O acordo de 1953 entre a Alemanha e os seus credores, permitindo uma gigantesca reestruturação da dívida alemã e garantindo as condições para a recuperação do país, não incluiu as reparações de guerra, que ficaram adiadas para um futuro tratado. Esse tratado só foi estabelecido em 1990, quando da reunificação das duas Alemanhas, e foi assinado com as potências aliadas de 45 anos antes, os EUA, a Inglaterra, a França e a União Soviética. Juridicamente, as autoridades alemãs clamam que este acordo encerra a questão, mas essa não é a opinião dos Estados que nem participaram nessa negociação nem assinaram esse tratado. Reconhecendo esse problema, a Alemanha negociou em separado com a Polónia uma reparação, que foi paga.

Em 1960, tinha havido um entendimento com vários países europeus, para o pagamento de indemnizações a vítimas da guerra. A Alemanha desembolsou então 71 mil milhões de euros (em termos da moeda de hoje), dos quais 57,5 milhões de euros às vítimas gregas, ou, como alguém disse então, 2,5

euros por cada dia em Auschwitz. No entanto, esse acordo não indemnizou o empréstimo forçado, ou seja a pilhagem do banco central grego, pelas autoridades nazis: 476 milhões de marcos da época, ou 11 mil milhões de euros hoje, pelos quais assinaram um título de dívida, que ainda vale.

Na década de 1960, o chanceler Ludwig Erhard garantiu mesmo que pagaria esse empréstimo quando da reunificação da Alemanha, porventura esperando que a promessa nunca tivesse que ser chamada à pedra. Mas houve a reunificação e o tratado de 1990, mas a dívida ficou por pagar, o que recentemente foi reconhecido pelo presidente alemão, em desacordo com Schauble.

A Grécia tem portanto razão do ponto de vista do direito internacional. É certo que o pagamento desta dívida não resolveria as suas contas públicas (outra coisa seria se fossem liquidadas as reparações de guerra). Mas significaria que a negociação seria diferente no tempo (os próximos meses estariam assegurados) e na relação de forças (a Alemanha ficou a dever durante 70 anos). E, o que não seria menor, a história seria corrigida segundo o princípio da responsabilidade.

Pode então a Grécia conseguir esta reparação? A resposta pragmática é que não tem agora a relação de forças que lhe permita impô-la, sobretudo porque na Alemanha não mobiliza o apoio suficiente para desequilibrar o governo de Merkel e dos social-democratas do SPD. Tem faltado a solidariedade necessária para com a Grécia, mas a força do argumento levou o presidente da Alemanha, surpreendentemente e em disso-

nância com Merkel, a admitir que a Grécia pode ter razão.

A força interna de Tsipras: o apoio popular

Não é portanto entre os governos da Europa que a Grécia encontra aliados. A força do governo está antes na sua popularidade interna, revelada pelos resultados do referendo.

Numa Europa sem alternativas, como argumenta o Prémio Nobel da Economia Edmund Phelps, esta resistência da sociedade grega é um sinal forte. Como vai ser utilizada, no entanto, é ainda uma questão em aberto. Berlim pretende usar o desgaste, para assim ganhar tudo: vergar a Grécia, vacinar a Europa, impedir o sucesso de um governo de esquerda, destruir a sua estrutura política. A Grécia parecia estar a usar táticas dilatórias mesmo com o risco de perder o momento do impacto inicial da novidade e da surpresa: a rotina estava a instalar-se nas negociações e nas chantagens europeias. Varoufakis, tão incensado nas primeiras semanas pela imprensa internacional, tornou-se depois do alvo de todos os ataques.

Em Abril, o governo e a União Europeia não chegaram a acordo sobre uma nova lista de medidas, porque Berlim e Bruxelas se fixaram em duas condições que Tsipras considera inaceitáveis e inegociáveis: a redução das pensões e mais flexibilização do mercado de trabalho, ou seja, facilitar os despedimentos. Em maio e junho prolongou-se o impasse. Veio então o referendo, o momento de decisão. A democracia, para já, venceu os adversários mais difíceis, os maiores poderes da Europa e a sombra da finança, que é onde está a força.

**RUI TAVARES**

Historiador e comentador político

De olhos bem abertos

Diz-se da Europa que caiu na I Guerra Mundial como os sonâmbulos caem num buraco. Esta é a tese de um livro recente do historiador britânico Christopher Clark (*Os Sonâmbulos. Como a Europa entrou em guerra em 1914* – publicado em Portugal pela Relógio d'Água). No fundo, diz ele, ninguém na Europa queria a guerra, mas todos se encaminharam para ela até um ponto em que já não se podia voltar atrás.

Infelizmente, tivemos nos últimos anos o duvidoso privilégio de acompanhar este tipo de dinâmicas de desagregação coletiva e de entender como elas podem acontecer. Há muito tempo que a Europa não era tão semelhante à de 1913 – uma civilização globalizada e financeirizada, assente em relações assimétricas de poder financeiro, com duas divisões de agentes entre grandes poderes (entre os quais se destaca a Alemanha) e pequenos estados frágeis – e tão diferente das duas fases que ainda persistem na memória coletiva, a da Guerra Fria e a da integração europeia após a queda do muro. Falta-nos a escalada de militarização entre os poderes continentais, que nos pode talvez ainda fazer ansiar por um futuro próximo sem uma guerra de todos contra todos na Europa, embora mesmo isso não seja seguro. E temos outra enorme diferença em relação a 1913: desta vez, não podemos dizer que foi como sonâmbulos que caminhamos para a nossa perdição. Foi de olhos bem abertos que vimos acontecer, e fomos agen-

tes, da desagregação europeia.

Em 2008, quando começou a crise financeira nos EUA, a reação na Europa foi de uma certa arrogância convencida – hubris, como lhe chamavam os gregos. À esquerda e à direita, verberavam-se os excessos do capitalismo americano e admoestava-se a presidência Bush Jr., que então acabava, pelas suas loucas aventuras guerreiras no Médio Oriente. Nos EUA, contudo, a memória histórica é a da Grande Depressão e de Roosevelt, e essa foi suficientemente forte para eleger Obama e justificar um plano de recuperação económica que, não sendo tão grande nem amplo como a esquerda americana desejava, resultou suficientemente bem. Na Europa, contudo, quando a crise chegou os efeitos foram muito mais devastadores e saldaram-se no puro e simples desfazer do projeto europeu. Isso aconteceu à vista de todos e com culpas muito claras de alguns. Embora seja possível – mesmo nesta hora tardia – reverter o processo, não se vê suficiente visão de conjunto nem vontade política por parte dos governos europeus para impedir o processo de desagregação. Sendo assim, ele atingirá em breve o ponto de não-retorno e as consequências podem ser piores do que se imagina.

Desde o pós-II Guerra Mundial que a Europa vinha construindo uma esfera jurídico-política própria, até chegar à União Europeia do Tratado de Lisboa. Esta foi uma construção difícil e defeituosa, cheia de

“Eu empresto-te dinheiro e tu vendes-me a companhia de caminhos-de-ferro era uma ação corrente e, *mutatis mutandis*, aquela que se veio a verificar após 2010 em países como a Grécia, Portugal e outros. Resgates contra condições cada vez mais brutais de supostas “reformas” que deixaram as economias ainda mais vulneráveis e sujeitas a uma nova volta do ciclo.”



problemas mas também de algumas possibilidades, que ao menos tinha a vantagem de substituir as normais relações de poder e dominação entre estados por um quadro comum de deliberação e decisão, tragicamente (para o que se viria a passar a seguir) não-democrático, ou com fracos instrumentos democráticos. Esta era uma esfera de direito próprio, não nacional nem internacional, mas direito europeu.

Em 2010, quando a crise chegou às erradamente chamadas dívidas soberanas dos estados, uma primeira péssima decisão que condicionou tudo o que se viria a passar a seguir foi a de não lidar com a crise com os instrumentos do direito europeu, mas os tradicionais instrumentos do direito internacional. Isto quis dizer que os poucos mecanismos de controle democrático (no Parlamento Europeu) foram contornados, e que as instituições “comunitárias”, em particular a Comissão Europeia, foram usadas para implementar o tipo de políticas e processos de sujeição estado-a-estado que eram tão comuns em 1913: eu empresto-te dinheiro e tu vendes-me a companhia de caminhos-de-ferro era uma ação corrente e, *mutatis mutandis*, aquela que se veio a verificar após 2010 em países como a Grécia, Portugal e outros. Resgates contra condições cada vez mais brutais de supostas “reformas” que deixaram as economias ainda mais vulneráveis e sujeitas a uma nova volta do ciclo.

O elemento que precipitou estas escolhas foi, evidentemente, o euro. A moeda comum europeia, sabia-se desde que a sua introdução foi decidida no início dos anos 90, está incompleta. Sob certos aspectos, ela é a mais supranacio-

« **A moeda comum europeia, sabia-se desde que a sua introdução foi decidida no início dos anos 90, está incompleta. Sob certos aspectos, ela é a mais supranacional das criações europeias, baseada num Banco Central Europeu independente e com um mandato específico supostamente centrado apenas na manutenção da estabilidade de preços.**

nal das criações europeias, baseada num Banco Central Europeu independente e com um mandato específico supostamente centrado apenas na manutenção da estabilidade de preços. Mas os restantes aspectos de qualquer união monetária funcional nunca foram acrescentados ao euro, que não dispõe nem de um tesouro europeu, nem de mecanismos de transferências entre estados, nem de dívida própria à escala europeia. Mesmo os elementos adicionais do mandato do BCE – além da estabilidade dos preços, o BCE deve trabalhar para a prossecução dos objetivos da União, que incluem a coesão, o pleno emprego e a manutenção do modelo social europeu – nunca foram politicamente explorados nem tiveram uma maioria progressista no Conselho Europeu que puxasse por eles. À eclosão da crise, a opção de futuro para a Europa teria sido dotar o euro e a União de instrumentos de recuperação, reestruturação e relançamento das economias em crise que permitisse nelas diminuir o peso da “canga da dívida” – não só pública mas também privada – e implementar pla-

nos de investimento que permitissem a especialização, incorporação de conhecimento e tecnologia, e exploração das vantagens comparativas de cada economia. Só estas verdadeiras reformas estruturais permitiriam tratar dos problemas subjacentes à crise em países como a Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha sem passar pelas pseudo-reformas de embaratecimento do trabalho para “competir” na corrida para o fundo de mercados laborais cada vez mais desprotegidos e injustos, ou simplesmente cruéis.

Porque decidiram os estados europeus contornar o direito europeu? Em primeiro lugar, porque as obrigações de zelar pelos valores e objetivos da União (respeito pelos direitos humanos entendidos de forma lata, coesão, desenvolvimento e pleno emprego) que estão nos tratados, bem como pelos direitos da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais (que entrou em vigor em 2009 para começar a ser violada em 2010), obrigavam a programas muito diferentes daqueles que vieram a ser implementados. Em segundo lugar, porque os governos democráticos a nível nacional têm uma tendência a comportar-se como tirânicos a nível internacional quando são postos a negociar em salas fechadas sob questões financeiras. Em terceiro lugar, porque as instituições da União, em particular a Comissão que é suposta ser a “Guardiã dos Tratados”, nunca recusaram fazer o trabalho sujo dos estados mais poderoso, para o que bastava invocar o seu estatuto de defensoras do interesse comum europeu. Em quarto lugar, porque nunca ninguém – estados ou instituições – deteve este processo levando-o ao Tribunal de Justiça da

União Europeia.

Sabe-se hoje que inúmeros aspectos da resposta à crise pilotada pelos governos – das infames troikas aos programas de resgates, do eurogrupo como “grupo informal” ao Mecanismo Europeu de Estabilidade como simples instituição de direito privado, passando pelo próprio Tratado Orçamental e indo até à cooperação sem base legal entre a UE e o FMI – constituem violações, algumas delas grosseiras, do acervo de direito comunitário. Pegar no Tratado da União Europeia que entrou em vigor com o Tratado de Lisboa em 2009 permite seguir artigo a artigo estas violações: o artigo 1 sobre a construção da União, o artigo 2 sobre os valores da União, o artigo 3 sobre os seus objetivos, o artigo 4 sobre o respeito pelas constituições dos estados-membros e o princípio da “cooperação leal e sincera” entre estes e a União... é um não acabar de atropelos visíveis mesmo ao jurista amador. Apenas um destes atropelos – a participação do BCE na troika – foi denunciado pelo Tribunal de Justiça da UE, que para isso utilizou um processo movido contra as medidas expansionistas do Banco Central Europeu por alguns setores da política alemã junto do respetivo Tribunal Constitucional.

Curiosamente, todas as medidas de resolução da crise que a esquerda europeia vinha propondo desde 2010 passaram até agora no crivo dos tratados: é legítimo o programa de “operações monetárias diretas” para estabilizar os juros das dívidas soberanas (o famoso “tudo o que for necessário” de Mario Draghi), como é perfeitamente legal o programa de “apoio quantitativo” para combater a deflação, que in-

clui compra de dívida dos estados no mercado secundário. Os títulos de dívida europeia – chamados “eurobonds” – serão também muito provavelmente legais, bem como as propostas de reciclagem de dívida contidas na “Modesta Proposta” de Varoufakis/Holland/Galbraith.

Mas se isto é assim – se a austeridade vai contra os tratados, e as políticas progressistas são, ao contrário do que afirmava sobretudo a Alemanha desde o início da crise, legais – porque não se deu início até agora a um ataque legal às políticas de austeridade? Pela simples razão de que para o fazer é necessário um governo nacional corajoso o suficiente para o fazer sob a possibilidade que lhe oferece o artigo 159 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. Não é fácil encontrar esse governo: os governos credores não têm interesse em colocar-se em causa, e os governos devedores não tem espaço de manobra para por em tribunal as políticas dos seus credores.

Isso pode, no entanto, estar prestes a acontecer. A falta de acor-

do entre o eurogrupo e a Grécia pode certamente levar a uma tentativa de empurrar este país para fora do euro e mesmo da União. No entanto, não há maneira legal de o fazer. Segundo os tratados, um país só pode sair do euro se sair da União, e só pode sair da União por decisão própria e nunca de terceiros, mesmo que a maioria seja de todos-contra-um. Caso a Grécia seja empurrada através de instrumentos monetários, é bastante provável que os incentivos para combater legalmente o resto do eurogrupo sejam maiores do que os incentivos para chegar a acordo com ele.

Como é evidente, os restantes governos não ficarão quietos. E aí é possível que tudo, de leituras imaginativas dos tratados, até ao aparecimento repentino de um novo tratado, algures durante uma cimeira extraordinária a meio do verão, venha a acontecer.

Nestes últimos dias que medeiem entre o referendo grego de 5 de julho, que recusou a proposta dos credores, até à cimeira da UE de 12 de julho em que temos o prazo final para um acordo que dê alguma esperança aos gregos de renegociar a sua dívida e verem “uma luz ao fundo do túnel”, este é o estado da questão. Ou há uma resolução da crise durável e sustentável que permita regressar ao projeto europeu como União de democracia e desenvolvimento ou, no caso contrário, os estados-membros se encarregarão de desfazer o direito europeu para impor definitivamente a lei do mais forte, regressando à Europa injusta e instável que levou a vários conflitos bélicos e destruiu a vida de várias gerações. Mas, desta vez, de olhos bem abertos.

« Ou há uma resolução da crise durável e sustentável que permita regressar ao projeto europeu como União de democracia e desenvolvimento ou, no caso contrário, os estados-membros se encarregarão de desfazer o direito europeu para impor definitivamente a lei do mais forte, regressando à Europa injusta e instável que levou a vários conflitos bélicos e destruiu a vida de várias gerações. »

**YANIS VAROUFAKIS**

Ex-ministro das finanças da Grécia

“O Minotauro Global”

Outrora, no famoso labirinto do palácio do Rei de Creta, viveu uma criatura tão brutal quanto trágica. A sua intensa solidão só era comparável ao medo que inspirava por toda a parte.

O Minotauro, pois este era o seu nome, tinha um apetite voraz o qual devia ser saciado a fim de garantir o domínio do Rei – o blindado reino minóico que assegurava a Paz, permitia o comércio através dos mares em navios carregados e difundia a prosperidade por todos os cantos do mundo conhecido.

Mas, aí de nós, o apetite da besta só podia ser satisfeito por carne humana.

De tempos em tempos, um navio carregado de jovens velejava da distante Atenas com destino a Creta – para entregar o seu tributo humano a ser devorado pelo Minotauro. Um horrendo ritual que era essencial para preservar a Paz daqueles tempos e continuar a sua Prosperidade.

Milénios depois, ergue-se um outro Minotauro, desta vez global. Sub-repticiamente. A partir das cinzas da primeira fase do pós guerra – aquela criada pelos homens do New Deal da América depois da guerra.

Esta é a fábula escolhida por Yanis Varoufakis, o ex-Ministro grego das Finanças para o seu livro – O minotauro Global – escrito em 2011.

Depois de se ter licenciado em Matemática e Estatística pela Universidade de Essex, Varoufakis dou-

torou-se em Economia, em 1987, pela mesma universidade. Depois de uma passagem por Cambridge, foi professor na Universidade de Sydney. Depois da Austrália, regressa à Universidade de Atenas, mas em 2003 vai para os Estados Unidos lecionar na Universidade do Texas.

Quando era professor assistente na Universidade de Essex, os estudantes estamparam em t-shirts a sua máxima: “Subvertam o paradigma dominante”.

E é com o recurso a fábulas e alegorias que Varoufakis explica a crise que, em 2008, que abalou o mundo. Escolhemos três.

O galho no rio

“Um galho meio submerso num rio parece torto. Quando o contornamos, o ângulo muda e cada local diferente produz uma perspetiva diferente. Se, além disso a corrente do rio mover gentilmente o galho, tanto a “realidade” do galho “dobrado” como o nosso entendimento dele estão num fluxo constante. Os físicos classificam este fenómeno de paralaxe. Sirvo-me dele para indicar que muitas observações diferentes do Colapso de 2008 podem ser, a um tempo, precisas e falaciosas.

Não queremos com isso negar a realidade objetiva tanto do galho (ou seja, não está de todo dobrado) como do colapso e a sua consequência, a crise. Pretendemos apenas notar que diferentes pontos de vista podem levar a diferente

Quando era professor assistente na Universidade de Essex, os estudantes estamparam em t-shirts a sua máxima: “Subvertam o paradigma dominante”.

observações “verdadeiras”, ainda que não revelem a verdade fundamental sobre o fenómeno em causa. Precisamos de algo que vá além de uma variedade de potenciais explicações e perspetivas através das quais compreendemos a realidade do galho. Precisamos de um salto teórico, como o físico dá, que nos permita superar as observações incomensuráveis antes de pousarmos num lugar conceptual a partir de onde tudo faça sentido. Chamo a esse salto o desafio da paralaxe.

Aceitar o colapso de 2008 é como ficar frente a frente com o desafio da paralaxe na sua forma mais exigente. Quem podia negar credivelmente que os economista e gestores de risco calculassem mal o risco sistémico? Haverá dúvida de que Wall Street, e o sector financeiro em geral, engordou com uma voracidade insidiosa, com práticas quase criminosas, e com produtos financeiros que qualquer sociedade decente deveria ter proibido? Não terão sido as agências de notação casos concretos de conflitos de interesses em ação? Não terá a ganância sido louvada como o novo bem? Não terão os reguladores falhado redondamente na tentativa de ficar do lado “certo” com os banqueiros? Não seriam as sociedades anglo-celtas mais propensas do que outras aos truques culturais do neoliberalismo servindo como trampolim a partir de onde espalhava para o resto do mundo que “escrúpulos” não significavam nada e que os interesses pessoais eram o único caminho, o único motivo justo? Não é verdade que o colapso de 2008 afetou mais intensamente o mundo industrializado do que as chamadas economias emergentes? Alguém pode refutar a proposição

de que o capitalismo, enquanto sistema, tem a capacidade incomum de se minar a si próprio?

Qual paralaxe ótica simples, em que todas as perspetivas são igualmente plausíveis, dependendo da perspetiva, também aqui cada explicação anteriormente apresentada esclarece aspetos importantes do que aconteceu em 2008. Ainda assim, elas deixam-nos insatisfeitos, com a sensação incómoda do que nos está a faltar algo importante: que, ao mesmo tempo que compreendemos muitas manifestações cruciais do Colapso, a sua essência ainda nos escapa. Porque foi que realmente aconteceu? E como podem legiões de observadores profissionais do mercado, extremamente qualificados, não ter percebido? Se não foi a ganância e a prodigalidade, a lassidão moral e a regulamentação ainda mais frouxa que provocaram o Colapso e a crise que se seguiu, o que foi? Se as expectativas dos marxistas de que as condições internas do capitalismo vão sempre revidar é uma explicação demasiado simples para os acontecimentos que levaram a 2008, qual é o elo perdido?

A minha resposta figurativa é: o Colapso de 2008 foi o que aconteceu quando um monstro a que chamo de Minotauro Global foi gravemente ferido. Enquanto governou o planeta, o seu punho de ferro foi impiedoso e o seu reinado insensível. No entanto, enquanto desfrutou de uma saúde brutal, manteve a economia global num desequilíbrio equilibrado. Garantiu um certo grau de estabilidade. Quando foi vítima do inevitável, entrando num estado de coma em 2008, mergulhou o mundo numa crise duradoura. Até encontrarmos maneiras de

viver sem o monstro, a incerteza radical, a estagnação prolongada e o renascer da insegurança agravada serão o prato do dia.”

Os blocos em queda

As crianças aprendem a dinâmica das pilhas de tenra idade. Elas empilham cubo atrás de cubo e continuam até que a sua pequena torre de cubos tomba, altura em que elas soltam uma gargalhada alegre e recomeçam. Não é muito diferente do que aconteceu em 2008. A diferença é que – salvo para os banqueiros que rapidamente começaram a contruir nova pilha (cortesia do contribuinte) – não houve risos, e a maioria das pessoas permanece taciturna anos depois da queda da maior pilha de todas.

A história de como o colapso de 2008 começou já se tornou lendária. Foram escritas resmas de livros sobre o assunto, que se encontram amontoadas nas prateleiras das bibliotecas universitárias, nas livrarias dos aeroportos, nas bancas dos grupos de esquerda que apregoam os seus produtos revolucionários nas esquinas, etc. Assim, não há a necessidade de aprofundar a sequência de eventos, exceto para fornecer um cronograma minimalista, que servirá como recordatório rápido da cadeia de acontecimentos. O verdadeiro propósito deste capítulo é recordar o ritmo da queda, a profundidade do abismo e a aporia em que o mundo se enredou. O truque é a forma de recordar os acontecimentos dramáticos, mantendo um olho nas causas mais profundas no desmoronar do Plano Global e a sua substituição pelo Minotauro Global.

Antes de 2008, tal como sabemos agora, Wall Street conseguia

estabelecer um sistema monetário paralelo, uma forma de *dinheiro privado*, subscrita pelo influxos de capital direcionados ao Minotauro Global. A economia mundial ficou viciada nesse dinheiro tóxico, o qual, devido à sua natureza, se dividiu e multiplicou de forma insustentável. Assim, quando se transformou em cinzas, o capitalismo mundial desmoronou-se. Não fosse pelas ligações que os bancos centrais haviam aprendido com o Colapso de 1929, as repercussões teriam sido inimagináveis – e não apenas terríveis.

O colapso de 2008 feriu gravemente o Minotauro Global. Desde 2008/2009, a crise aliviou mas não desapareceu. A besta caiu e já não há ninguém a cumprir a sua função crucial de manter défices duplos dos EUA em ação e a absorver os excedentes mundiais. Assim, a crise está em contante metamorfose, assolando cada lugar de uma maneira diferente. Já não é uma crise financeira. Nem tampouco uma crise económica. Tornou-se uma crise política.

Na Europa, a crise desencadeou forças centrífugas que estão a dilacerar a Zona Euro, deixando as economias excedentárias. Com a Alemanha à frente, contra os retardatários, cujo défice estrutural não tem cura, por mais que se aperte o cinto. Incapaz de coordenar a política num nível central, a Europa vacila, as suas economias estagnam, o tecido produtivo degenera-se e, conseqüentemente, o sonho da união política, impulsionado de uma forma tão brilhante pelos administradores norte americanos do pós-guerra com base em perspectiva de crescimento melhoradas, desvanece-se.

A pergunta da rainha

Na Europa, todo o continente reverbera com uma crise que se recusa a desaparecer e que ameaça as ilusões europeias que conseguiram permanecer incólumes durante seis décadas. Os fluxos migratórios foram revertidos, com os trabalhadores polacos e irlandeses a trocarem Dublin e Londres por Varsóvia e Melbourne. Mesmo a China, que afamadamente escapou à recessão, com uma taxa de crescimento saudável num momento de contração global, está em apuros devido à quebra da percentagem de rendimento global dedicado ao consumo e à forte dependência de projetos de investimento estatal que estão a alimentar uma bolha preocupante – dois presságios que não auguram nada de bom num momento em que a capacidade a longo prazo do resto do mundo para absorver os excedentes comerciais do país é questionável.

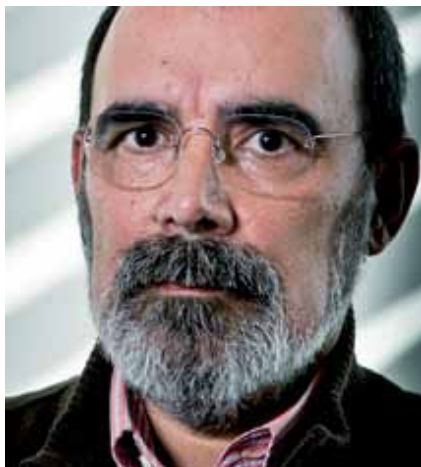
A agravar a aporia geral, saibase também, que os ricos e poderosos não foram capazes de compreender as novas reviravoltas da realidade. Em Outubro de 2008. Alan Greenspan, ex-presidente da Reserva Federal e um homem visto como um feiticeiro dos tempos modernos. “admitiu um falha no modelo que eu considerava ser a estrutura base do funcionamento do mundo”. Quando o grande feiticeiro confessa ter baseado a sua magia num modelo errado do funcionamento do mundo e o decano dos conselheiros económicos presidências (Larry Summers, ex Secretário de Estado do Tesouro de Bill Clinton e conselheiro de Obama) que se ignore a cautela, o público acaba por perceber: o nos-

so barco voga em águas desconhecidas e traiçoeiras, com tripulação à nora e o capitão apavorado.

Entramos, assim, num estado de aporia tangível e compartilhada. A descrença ansiosa substituiu a indolência intelectual. As figuras de autoridade pareciam desprovidas de autoridade. As políticas estavam, obviamente, a ser feitas em cima do joelho. Quase imediatamente, o público perplexo apontou as antenas em todas as direções possíveis, procurando desesperadamente explicações para as causas e para a natureza do que acabara de acontecer.

Como que a provar que a oferta não precisa de ser incentivada quando a procura é grande, as imprensas começaram a rolar. Um após outro, começaram a aparecer livros, artigos e ensaios – e até mesmo filmes – criando uma enxurrada de explicações para o que correria mal. Claro que um mundo em estado de choque esteja sempre prenhe acerca da sua situação, o excesso de explicações não garante a dissolução da aporia.

Num encontro de professores afogados na London School of Economics, a Rainha de Inglaterra, Isabel II, perguntou “Porque não o previram?” Numa carta enviada à Rainha a 22 de Julho de 2009, trinta e cinco dos maiores economistas da Grã-Bretanha diziam que, embora estivessem a sentir o pulso e de olhos postos nos dados, eles haviam cometidos dois erros de diagnóstico relacionados: o erro de extrapolação e o erro (ainda mais sinistro) de serem vítimas da sua própria retórica. Para todos os efeitos responderam “Ups! Confundimos uma Grande Bolha com um Admirável Mundo Novo.”

**JOSÉ ADELINO MALTEZ**

Professor Catedrático da Universidade Técnica de Lisboa e investigador em Ciência Política

Reconstruir a função pública de um Estado racional-normativo vai ser tarefa de Hércules, depois deste terramoto programado por certos apátridas que nos estão comandando e que não se sujeitaram aos concursos públicos de entrada e percurso em carreira nacionais, sujeitas à exclusividade de funções.

Assim, o erário público continua a alimentar muitas feiras de vaidades e um intrincada rede neofeudal de enfraquecidos que pedem proteção e de incompetentes que os protegem, todos conjugando a lealdade em vez da competência. Isto é, o exato contrário de Estado racional-normativo, pós-carismático e pós-patrimonialista.

Em nome da memória de Mouzinho da Silveira

Pedem-me que faça um breve exercício de sonho, tentando dizer o que se deve esperar de um próximo governo em matéria de política fiscal. Responderei o óbvio: que contra a degenerescência devorista que nos sitia em devorismo e corrupção, restauremos o velho conceito de comunidade ou república, a que agora damos o nome de Estado de Direito, contra os regressos do feudalismo e do patrimonialismo. Para que o burocrata não continue a vir do cortesão. Para que a burguesia não culpe o funcionário. Para que o funcionário não se acoste ao novo fidalgo. Para que os novos burocratas não façam negócios. Para que tudo não continue a circular em torno dos patrícios político-partidários que querem transformar o cargo público em intermediador de contratos, promovendo fidelidade aos centros ocultos do Estado, com uma nova colonização disfarçada em catequese de contactos diretos e imediatos com o fantasma dos mercados.

O processo de desinstitucionalização em curso dos altos corpos do Estado marca hoje o ritmo de muitos segmentos da administração pública eliminando o essencial do Estado racional-normativo e condicionando o que devia ser a imparcialidade da administração pública.

Com efeito, o “estado a que chegámos” começa a ser mero produto de várias desinstitucionalizações

dos velhos grandes corpos da república. Da tropa, da universidade, dos professores, da magistratura, das forças policiais e dos burocratas com direito à carreira. E não é por acaso que querem liquidar o Estado racional-normativo onde a competência deveria ser superior à fidelidade.

Só há Estado de Direito quando há uma ação racional referente a fins, quando os indivíduos são capazes tanto de definir objetivos como de avaliar os meios mais adequados para a realização desses objetivos, surgindo uma ação social marcada por um Estado-razão, onde domina a ação burocrática, aquela que faz nascer o poder burocrático, o poder especializado na elaboração do formalismo legal e na conservação da lei escrita e dos seus regulamentos, onde dominam a publicização, a legalização e a burocracia.

Reconstruir a função pública de um Estado racional-normativo vai ser tarefa de Hércules, depois deste terramoto programado por certos apátridas que nos estão comandando e que não se sujeitaram aos concursos públicos de entrada e percurso em carreira nacionais, sujeitas à exclusividade de funções.

Assim, o erário público continua a alimentar muitas feiras de vaidades e um intrincada rede neofeudal de enfraquecidos que pedem proteção e de incompetentes que os protegem, todos conjugando a lealdade em vez da competência.

Isto é, o exato contrário de Estado racional-normativo, pós-carismático e pós-patrimonialista.

Logo, fico com azia quando ouço notícias sobre a nomeação em exclusividade de hierarca dos partidos do situacionismo para as diretorias que restam. Não que o anterior situacionismo não tivesse feito o mesmo. Mas porque o actual situacionismo foi eleito precisamente porque prometeu acabar com o “spoil system”. Quando os governos são confederações de ministérios e os ministérios, confederações de diretores, é natural que os membros do governo finjam que são diretores. Logo, há governação sem governo. Quando técnica devia estar ao serviço de uma estratégia nacional, visando o racional-normativo, onde os idealistas sempre foram os mais práticos, isto com os olhos no sonho e os pés no chão.

Retomemos, pois, o conceito weberiano de burocracia do Estado racional-normativo. A competência em vez de lealdade, incluindo as dos “jobs for the boys” e dos clientelismos familiares e partidocráticos. A do direito à carreira com verdadeiros concursos públicos. A dos vencimentos contratualizados, sem o arbítrio da extorsão. Isto é, a função pública da democracia e do Estado de Direito, sem o “outsourcing” da golpada.

O dito bom e velho Estado, ao assumir-se como mero patrão que não quer obedecer às regras que o juridificaram, julga que os respetivos servidores foram todos nomeados pelo arbítrio do clientelar, da cunha e do favor, como quem nomeia assessores de gabinetes ministeriais que, agora, lhe dão discursos de encomenda, sem assumirem o essencial do regime

da competência do modelo racional-normativo, com que tentámos varar as tormentas da fidelidade patrimonialista.

Esta pulhítica de devorismo sem dor vai necessariamente degenerar em crédito mal parado, como sempre acontece quando, em vez da competência, se premeia a fidelidade, revigorando o feudalismo, o patrimonialismo e o sultanismo, com falsos carismas, quando isto devia ser racional-normativo e racional-axiológico, de acordo com a democracia do Estado de Direito.

Bastava uma dúzia de decretos à Mouzinho da Silveira para refun-

« **Bastava uma dúzia de decretos à Mouzinho da Silveira para refundar o Estado onde ele faz falta e extingui-lo no que ele é inútil. E somando reforço com abolição, a conta seria bem menos mesada. Por outras palavras, impõe-se uma libertação.**

Só quando há uma ideia, de experiência feita e de convicção talhada, é que se passa do idealista ao construtor. E o que nos falta são engenheiros de sonho. Como o tal Mouzinho, por exemplo, que era um tarimbeiro da magistratura e das alfândegas e que sempre viveu como pensou, especialista na gestão de recursos escassos e habituado à persiganga. Sempre com o realismo de saber o que a máquina podia dar. E fez.

dar o Estado onde ele faz falta e extingui-lo no que ele é inútil. E somando reforço com abolição, a conta seria bem menos mesada. Por outras palavras, impõe-se uma libertação.

Só quando há uma ideia, de experiência feita e de convicção talhada, é que se passa do idealista ao construtor. E o que nos falta são engenheiros de sonho. Como o tal Mouzinho, por exemplo, que era um tarimbeiro da magistratura e das alfândegas e que sempre viveu como pensou, especialista na gestão de recursos escassos e habituado à persiganga. Sempre com o realismo de saber o que a máquina podia dar. E fez.

O Estado contemporâneo é uma construção desta geração que soube reorganizar o trabalho nacional e unificar famílias desavindas. Infelizmente, a criatura libertou-se do criador e ai de nós se ela não voltar a ser capturada pelos princípios que a geraram. Isto é, tem de voltar a ser cérebro social e a ter os nervos da governação, para não constituir uma governança sem governo, com muita adiposidade, pouca flexibilidade muscular, ossos descalcificados e pés em lugar da cabeça, com sucessivos tropeções.

Importa que reforme aqueles que sabem e que podem viver como pensam. E o que nos falta é coragem e um mínimo de patriotismo científico, capaz de nos livrar da permanente conspiração, reacionária ou revolucionária, de avós e netos, com a geração da ditadura da incompetência como intermediária. Os bonzos não o conseguirão, mesmo que recrutem os endireitas e os canhotos do costume.

Tudo o que foram instituições de igualização social na luta contra a

estratificação do “Ancien Régime”, isto é, o que estava antes de Mouzinho da Silveira, estão, lentamente a ser comprimidas. Foi a tropa, foi a universidade, foram os magistrados, foram os funcionários públicos, são os partidos, são outras associações morais e cívicas, não tarda que seja a igreja. Não é a esquerda contra a direita, os socialistas contra os liberais, ou o público contra o privado. A própria democracia ameaça ser ocupada, através dos tradicionais inocentes úteis que os donos do poder apenas usam como feitores.

Antes da troika e do dependencismo, os governos novos, mesmo em pipas velhas, tinham estado de graça, um dom gratuito, não devido a quem o recebia, mas com beleza e encanto, só porque pareciam iguais ao tempo da salvação. Agora, o estado a que chegámos é, ao mesmo tempo, pequeno demais, para os grandes problemas das relações internacionais, até com a geofinança, e grande demais, para os pequenos problemas do doméstico, porque os poderosos, fracos perante os grandes, se vingam nos pequeninos. Assim, há que refundar o aparelho de poder da república onde ele faz falta, no liberdadeiro, e extingui-la no que ela é inútil, no aparelhismo da servidão feudal. O que implica uma fotografia dinâmica dos grupos de interesse e dos grupos de pressão que dependem da subsidiocracia estatense e da empregomania, num adequado projeto moral de luta contra a compra de poder. Daí que já ninguém se lembre do programa eleitoral “omnibus”, o que oferecia soluções que nunca se iriam realizar, porque impera o rotativismo e o devorismo. E pouco interessa o formal pacto de governo, dado que, na prática, a

« **Agora, se veio a era do sacrifício, onde a pedra que cai não é verdadeiramente livre, porque cai por necessidade, continua a faltar a purificação, porque o que torna impuro um homem não são as coisas que vêm de fora, mas os maus pensamentos que levam ao pecado. Os parvos continuam a entrar onde os anjos temem entrar. Um povo é um conjunto de indivíduos que se libertam. Deixem o português à solta que voltará Portugal!**

Até chegou a surgir uma tentação de um dos maiores assaltos que há memória ao programa de terra e casa livres, a base que nos deu democracia, implantada por Mouzinho da Silveira, coisa que nem os governos gonçalvistas, alguma vez ousaram. A pequena e a média propriedade são o fundamento da liberdade individual, especialmente contra o novo “comunismo burocrático” que a todos nos pode transformar em servos da gleba hipotecária, comandada pela geofinança e pelos colaboracionistas locais, ditos tecnocratas.

teoria foi outra, neste “mixing” de partidocratas e tecnocratas, com muitas personagens à procura de autor, falando os idiomas do caixeiro-viajante ou do delegando de propaganda financeira.

Agora, se veio a era do sacrifício, onde a pedra que cai não é verdadeiramente livre, porque cai por necessidade, continua a faltar a purificação, porque o que torna impuro um homem não são as coisas que vêm de fora, mas os maus pensamentos que levam ao pecado. Os parvos continuam a entrar onde os anjos temem entrar. Um povo é um conjunto de indivíduos que se libertam. Deixem o português à solta que voltará Portugal!

Até chegou a surgir uma tentação de um dos maiores assaltos que há memória ao programa de terra e casa livres, a base que nos deu democracia, implantada por Mouzinho da Silveira, coisa que nem os governos gonçalvistas, alguma vez ousaram. A pequena e a média propriedade são o fundamento da liberdade individual, especialmente contra o novo “comunismo burocrático” que a todos nos pode transformar em servos da gleba hipotecária, comandada pela geofinança e pelos colaboracionistas locais, ditos tecnocratas.

A maior das rasteiras que lançaram sobre a urgente restauração da república, enquanto comunidade, está na desvertebração calculada do partido dos funcionários, para que se agrave a despolitização do Estado e a privatização clandestina do público. Assim, o partido dos fidalgos ganha pela falta de comparação do partido dos funcionários, para que os feitores e capatazes dos donos feudais continuem a destruir-nos como povo politizado, em autodeterminação.

Importa recordar que “a história da democracia é a história do imposto” (Maurice Duverger) e que, em Portugal, tal sucede desde as Cortes de Leiria, de 1254. Mas,

sobretudo, desde que Mouzinho da Silveira acabou com as anteriores rendas feudais, fundando a república contemporânea. A que agora voltaram a arrendar.

Porque “sem a terra livre, em vão se invoca a liberdade política, pelo que se impõe acabar a natureza dos Bens destinados a tolher o nascimento da elevação moral, salvos os direitos adquiridos... Porque é necessário aquilo cujo contrário é impossível, e na sua aplicação a um fim determinado, é necessário aquilo que, não sendo dado, o fim se consegue” (Mouzinho da Silveira, 1832). Agora, basta tirar a palavra terra e colocar a de trabalho.

Até porque “a grande e sólida popularidade nasce da estreita observância do preceito de dar a cada um o que é seu. As Leis ou sejam sábias ou sejam ineptas uma vez que estejam em execução efetiva, boa, ou má, por um tempo considerável, fixam nas nações a quem regem, hábitos determinados, os quais formam depois o carácter moral dos Povos... E Portugal não pode continuar a ser Nação independente sem dar grande impulso ao trabalho, e indústria de sua Povoação.” (Mouzinho da Silveira, relatório dos decretos de 1832).

E continuando as lições do mestre: “Os Portugueses se atormentam, se perseguem e se matam uns aos outros por não terem entendido que o Reino, tendo feito grandes Conquistas, e que, perdidos os escravos, era preciso criar uma nova maneira de existência, multiplicando os valores pelo trabalho próprio.”

Finalmente, mais um conselho de Mouzinho: “deve sempre manter-se a relação entre os meios e os fins; de outra forma o absurdo

se segue”.

Com efeito, o maquiavelismo que pode parecer boa política no curto prazo, acaba por ser uma má política no médio prazo. De qualquer maneira, é sempre uma péssima moral.

Desculpem ter abusado destes conselhos de um antigo funcionário alfandegário, o verdadeiro

« **O atual monstro assenta na pior das opressões: a expropriação da propriedade que resulta do trabalho individual, através do imposto insaciável, estabelecido por uma máquina que não controla a evasão fiscal ou o processo de compra de poder. Tal como Mouzinho da Silveira libertou a terra das rendas feudais, o novo Mouzinho tem que libertar o indivíduo da falsa tutela dos novos contratadores, desde as empresas de regime às clientelas que aplaudem os sucessivos vencedores das pugnas eleitorais. Quero acreditar que as coisas vão correr menos mal na Europa e que as injustiças fiscais da futura proposta do orçamento vão diminuir a estúpida tendência para a luta de invejas, com que falsos liberais pintam a terapia de choque da respetiva impotência mobilizadora, dizendo que a guerra civil de fantasiadas classes se confunde com o progresso do abismo.**

edificador da nossa racionalidade de Estado, mas, infelizmente, continuamos num tempo de governança sem governo, onde temo o regresso dos fidalgos do protetorado, mas sou dos que querem a racionalidade normativa do serviço público, contra a compra do poder e a indiferença da velha feudalidade inquisitória que, às vezes, dá em viradeiras com os seus intendentos, em tempo de rainhas loucas.

O atual monstro assenta na pior das opressões: a expropriação da propriedade que resulta do trabalho individual, através do imposto insaciável, estabelecido por uma máquina que não controla a evasão fiscal ou o processo de compra de poder. Tal como Mouzinho da Silveira libertou a terra das rendas feudais, o novo Mouzinho tem que libertar o indivíduo da falsa tutela dos novos contratadores, desde as empresas de regime às clientelas que aplaudem os sucessivos vencedores das pugnas eleitorais.

Quero acreditar que as coisas vão correr menos mal na Europa e que as injustiças fiscais da futura proposta do orçamento vão diminuir a estúpida tendência para a luta de invejas, com que falsos liberais pintam a terapia de choque da respetiva impotência mobilizadora, dizendo que a guerra civil de fantasiadas classes se confunde com o progresso do abismo.

E por isso, termino com as últimas palavras de Mouzinho, quando, menos de um ano depois de ser nomeado ministro da fazenda, se demitiu e voltou, desgosto, ao seu lugar de simples funcionário das alfândegas, quando disse ao seu sucessor: “se cuidas que a popularidade é coisa diferente da justiça e da moral austera, te enganas.”



PEDRO SANTOS GUERREIRO
Diretor executivo do Expresso

0 imposto ideal

Não pagamos impostos porque é bom, pagamos porque está certo. Não tem de ser, deve ser. Porque esse é o custo de fazer de um país um Estado e de uma sociedade um lugar de equidade mais do que igualdade, de justiça mais do que de lei. E basta fazer um inquérito entre os portugueses para concluir que a maioria concorda que é isso que existe em Portugal: um sistema fiscal que aceitam. Aceitam?

Provavelmente, não. A ironia do parágrafo anterior não ridiculariza a utopia, apenas sublinha quão longe estamos dela. Se sistema fiscal é o ordenamento legal de impostos que pagamos, então sim, temos um sistema fiscal. Mas se nos lembrarmos que os princípios constitucionais dispõem os objetivos de uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza pelos cidadãos, então podemos discutir o que realmente temos mais do que o somatório de impostos listado a cada ano no Orçamento do Estado, que lemos como se leem as ementas de vinhos caros: começando pela coluna da direita.

À direita da coluna de cada proposta de Orçamento do Estado está a receita prevista a cada ano por cada imposto. Não é ironia sublinhar que parece ser esse o critério de escolha de cada um dos últimos governos — e provavelmente dos próximos. Saber o que dá mais e como pode dar mais. Não é só conversa de tributado nem palavra de tribuno, é experiência. Já listámos todas as reformas fiscais, cri-

ámos todos os grupos de trabalho e debatemos os erros e os acertos de cada alternativa. Não serve de quase nada. No final, não interessa o porquê, importa o quanto. O como é quase sempre o caminho mais curto para lá se chegar.

Não há política fiscal quando a pressão por obter receita é tão grande como aquela em que vivemos há muitos anos. O ciclo de informação e de decisão é sempre o mesmo: em eleições, o partido político que desafia aquele que governa propõe uma descida de impostos; chegado ao governo pede ou faz uma auditoria às contas públicas e descobre que tudo está pior do que esperava; e então, lamentando e prometendo brevidade, aumentam-se os impostos. E assim se enterram choques fiscais e se exumam tributos antigos. Talvez estranhamente, os cidadãos são quase sempre até muito compreensivos, não há pedradas no charco nem pedradas nas montras. Veja-se o caso radical de 2011 e seguintes, estava o governo acabado de estrear, descobre um “desvio colossal”, introduz sobretaxas que jura não introduzir e um ano depois aplicaria um “enorme aumento de impostos”. Trabalhadores, reformados, senhorios, empresários da restauração levaram a eito, sempre com a promessa solene de que seriam medidas extraordinárias, isto é, passageiras. O extraordinário passou como sabemos a ordinário. Tanto mais que o próprio sistema tende a ser sobrecarregado com o

Não há política fiscal quando a pressão por obter receita é tão grande como aquela em que vivemos há muitos anos. O ciclo de informação e de decisão é sempre o mesmo: em eleições, o partido político que desafia aquele que governa propõe uma descida de impostos; chegado ao governo pede ou faz uma auditoria às contas públicas e descobre que tudo está pior do que esperava; e então, lamentando e prometendo brevidade, aumentam-se os impostos. E assim se enterram choques fiscais e se exumam tributos antigos. Talvez estranhamente, os cidadãos são quase sempre até muito compreensivos, não há pedradas no charco nem pedradas nas montras.

financiamento do sistema de pensões.

A descida da taxa social única é uma matéria em cima da mesa há vários anos, sobretudo como forma de embaratecer os custos de trabalho para as empresas, assim promovendo a contratação de trabalhadores e facilitando o aumento das suas margens de rentabilidade, o que potenciaria a sua competitividade, dentro e fora de portas. Estas propostas têm várias matizes, que passam ou por baixar a TSU suportada pelos trabalhadores (o que aumentaria o seu rendimento disponível e, logo, o seu poder de compra), ou por baixar a TSU paga pelas empresas – ou ambas. As empresas, claro, defendem há muito a descida das suas contribuições. E já houve estudos relativamente recentes que recomendavam a descida da taxa para empresas de setores específicos, nomeadamente nas indústrias de bens e serviços transacionáveis, de modo a aumentar as exportações. O problema óbvio é o desequilíbrio imediato que qualquer destas descidas de receita provoca nas contas da Segurança Social, já de si ameaçadas pelas contas que resultam da demografia. A única forma de resolver esse desequilíbrio é suprir essa lacuna nas receitas da TSU com impostos. Seja pois por desequilíbrios nas contas públicas, que mantêm uma dívida pública que ainda galopa, seja pelas tendências de opção política quanto às pensões, sabemos facilmente concluir que o cenário de uma carga fiscal elevada se vai manter durante muitos e muitos anos.

De extraordinário a ordinário, neste caso felizmente, passou a ser o próprio “aumento da eficiência

da máquina fiscal”. Amplamente saudado há uma década, por ter terminado com a cultura que glorificava a fuga ao pagamento de impostos, a melhoria dos resultados da Administração Tributária transformou-se também numa pressão por objetivos de receita que é tão devoradora como a busca de lucros o é numa empresa. Daí o chuveiro de cartas, de pedidos de informação, de notificações de pagamento, de fiscalizações. A

a que chamamos de orçamentais, mas que são sobretudo desequilíbrios na confiança depositada nos mandatados de decisão pública. O fisco não quer sacar nem saquear, cumpre a ordem superior de cobrar, aos verdes e aos azuis, aos cabeleireiros e aos mecânicos, aos restaurantes e aos comensais. É por isso que aquela frase devia estar à porta de cada repartição de Finanças, do lado de dentro, para ser lida depois de pagar, ora veja

◀ **De extraordinário a ordinário, neste caso felizmente, passou a ser o próprio “aumento da eficiência da máquina fiscal”. Amplamente saudado há uma década, por ter terminado com a cultura que glorificava a fuga ao pagamento de impostos, a melhoria dos resultados da Administração Tributária transformou-se também numa pressão por objetivos de receita que é tão devoradora como a busca de lucros o é numa empresa. Daí o chuveiro de cartas, de pedidos de informação, de notificações de pagamento, de fiscalizações. A automatização da comunicação e prestação de informação melhorou indiscutivelmente, mas a relação entre contribuintes e Fisco é ainda naturalmente tensa, no que foi agravada depois dos diagnósticos de falhas na proteção e integridade de dados privados dos contribuintes.**

automatização da comunicação e prestação de informação melhorou indiscutivelmente, mas a relação entre contribuintes e Fisco é ainda naturalmente tensa, no que foi agravada depois dos diagnósticos de falhas na proteção e integridade de dados privados dos contribuintes.

Acontece que o Fisco não vende, cobra. E devia ter à porta de saída a frase que todos os contribuintes deviam obcecadamente ler: “as dívidas de hoje são os impostos de amanhã”. Os impostos de hoje são as dívidas contraídas ontem. É essa a loucura em que nos metemos, a de desequilíbrios

outra vez, “as dívidas de hoje são os impostos de amanhã”. Porque aqueles que todos os dias são contribuintes são de quatro em quatro anos eleitores.

O sistema fiscal ideal será aquele que cobra o mínimo possível com a maior equidade possível e com os menores custos administrativos. O sistema fiscal ideal não é aquele que faz penhoras automáticas e despeja inquilinos por causa de dívidas desproporcionalmente pequenas; nem aquele que, invertendo o ónus da prova, exige aos contribuintes informação que demonstre que já pagou o que já pagou ou que não pagou o que não

tem de pagar. Sobretudo: o sistema fiscal ideal é aquele em que as pessoas pagam impostos de acordo com a sua capacidade contributiva e não de acordo com a faculdade de ocultar a sua capacidade contributiva. A justiça contributiva e a equidade social entre ricos e pobres, novos e velhos, meios urbanos ou rurais não pode mudar quando se tem um advogado competente. Ou quando os deputados da nação, advogados nas horas vagas, propõem ou votam medidas à medida dos seus clientes.

Sim, já houve dezenas de grupos de trabalho para estudar e propor reformas fiscais, e quase todos esses grupos eram relativamente heterogêneos, tirando o deste governo, que era bastante homogêneo e propôs uma reforma do IRC feito para as empresas e de que as empresas gostam. Pudera. Mas independentemente de concordarmos ou discordarmos que a descida do IRC torna o investimento empresarial mais atrativo (e é um desincentivo à fuga e à evasão fiscal), os incentivos à capitalização são incompreensivelmente diminutos. Não é sequer a questão ideológica que a esquerda adora: o reinvestimento de lucros deveria ser quase isento, tributando-se isso sim a distribuição de dividendos, porque há a necessidade sufocante de criar capital nas empresas para resolver modelos assentes em dívida. Mas isso significaria abdicar de receita? Pois, mas seria reformador.

O IRC é apenas um caso, poderíamos desfiar todos os impostos. Mais do que isso, interessa definir o que seria um sistema fiscal ideal. Ora, defini-lo depende em primeiro lugar da escolha do modelo de sociedade e de participação cívica

« **O sistema fiscal ideal será aquele que cobra o mínimo possível com a maior equidade possível e com os menores custos administrativos. O sistema fiscal ideal não é aquele que faz penhoras automáticas e despeja inquilinos por causa de dívidas desproporcionalmente pequenas; nem aquele que, invertendo o ónus da prova, exige aos contribuintes informação que demonstre que já pagou o que já pagou ou que não pagou o que não tem de pagar. Sobretudo: o sistema fiscal ideal é aquele em que as pessoas pagam impostos de acordo com a sua capacidade contributiva e não de acordo com a faculdade de ocultar a sua capacidade contributiva. A justiça contributiva e a equidade social entre ricos e pobres, novos e velhos, meios urbanos ou rurais não pode mudar quando se tem um advogado competente. Ou quando os deputados da nação, advogados nas horas vagas, propõem ou votam medidas à medida dos seus clientes.**

Sim, já houve dezenas de grupos de trabalho para estudar e propor reformas fiscais, e quase todos esses grupos eram relativamente heterogêneos, tirando o deste governo, que era bastante homogêneo e propôs uma reforma do IRC feito para as empresas e de que as empresas gostam.

que propomos, pretendemos ou aceitamos. A direita adora chamar-lhe redefinição das funções do Estado, mas é isso que pode determinar um sistema que faça mais sentido, não apenas no que toca à Educação e à Saúde, que são as áreas de grande despesa pública, mas também no que respeita ao sistema de pensões, cujo financiamento recorrendo também a impostos é inevitável se nada for alterado.

A escolha entre ter um sistema mais universal ou individualista, de um Estado prestador de serviço público, em áreas específicas se não em todas, é uma escolha da sociedade. Os países nórdicos, que parecem ter até uma matriz mais individualista do que a nossa, aceitam mais pacatamente uma carga fiscal que é elevada em troca do que definiram ser a sua exigência de prestação de serviços públicos, por assumirem que o Estado é quem sabe prestá-los melhor. E então sim, os impostos que se pagam são a contrapartida do Estado que se decide construir, manter, melhorar.

Difícilmente poderíamos, pois, encontrar melhor frase-resumo do que esta: o imposto ideal depende da sociedade ideal. Só podemos escolher um depois de escolher o outro. No limite, a prosperidade não é uma utopia, mas um conceito económico, e a justiça social e redistributiva não é uma abstração, mas uma batalha que resulta de escolhas políticas. Criar e cobrar impostos há também de voltar a ser uma escolha política, e não o resultado de uma política sem escolhas. Seja por onde for, o sistema fiscal ideal não pode ser contrário a uma ideia de sociedade. A nossa sociedade.

0 trabalho, os louros e o trato



NUNO BALACÓ
Vice Presidente do STI

A postura de certa classe política é significativa. Quando as coisas correm bem, não há hesitação de posar para a fotografia, de ficar com os louros. Para os elementos da famigerada troika, ou nas reuniões do Conselho da Europa e do Ecofin, dizia-se que «Portugal não é a Grécia».

Aos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira (A.T.) sempre foi pedido o conhecimento de um amplo leque de matérias, não só toda a extensa legislação fiscal, mas igualmente noções de outros ramos de direito, de contabilidade, de urbanismo, entre outras. Mas certo é que o grau de exigência laboral a estes funcionários públicos tem vindo a aumentar. Fruto das situação financeira do país, da consequente não renovação de quadros, bem como graças a um sistema de avaliação puramente estatístico com a sigla S.I.A.D.A.P., estes estão cada vez mais exacerbadados com trabalho (ex. atendimento, liquidação, cobrança, contra-ordenações e contencioso tributário, inspecção, investigação de crimes tributários, etc...) de carácter intenso, sensível, amiúde de grande complexidade, e sujeitos a objectivos cada vez mais ambiciosos.

A legislação fiscal é alterada com demasiada frequência. Muitos contribuintes, exasperados com a cada vez maior carga fiscal, que frise-se, é decretada exclusivamente pelos decisores políticos (artigo 165.º n.º I da Constituição da República Portuguesa «É da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre as seguintes matérias, salvo autorização ao Governo... alínea i) Criação de impostos e sistema fiscal e regime geral das taxas e demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas»), confrontados com

o encerramento de empresas, com o desemprego, com a dissolução de laços de cidadania que vai imperando na sociedade, estão cada vez mais revoltados com a situação. Como nos contactos com a administração fiscal não têm pela sua frente os legisladores, mas os trabalhadores da A.T., a estes transmitem a sua profunda indignação, o que nós, em não raros casos, compreendemos muito bem e reconhecemos inteira razão, pois também somos contribuintes. Todavia, estamos obrigados pelo dever de obediência a fazer cumprir as normas emanadas do poder político, que encerrados nos seus gabinetes, estão bem longe da confusão e do risco que diariamente se vive num Serviço de Finanças com atendimento público. A má educação de alguns, as injúrias, as ameaças são acontecimentos quotidianos. As agressões físicas, felizmente mais raras, estão a aumentar.

Não obstante as frequentemente deficientes condições físicas de trabalho, que muitas vezes não estão de acordo com as normas legais de higiene e segurança no trabalho vigentes, a retirada do vínculo de nomeação, o corte nos salários, o congelamento da avaliação permanente para, mediante a prestação de provas de conhecimentos e com devido aproveitamento, haver progressões na carreira, o aumento das contribuições para a ADSE, o agravamento das condições de aposentação, os resultados do trabalho de todos os

funcionários da A.T. não só atingiram como sempre superaram os difíceis objectivos de cobrança estabelecidos por um poder político ávido de recursos financeiros.

A postura de certa classe política é significativa. Quando as coisas correm bem, não há hesitação de posar para a fotografia, de ficar com os louros. Para os elementos da famigerada troika, ou nas reuniões do Conselho da Europa e do Ecofin, dizia-se que «Portugal não é a Grécia». A principal razão era a de que em Portugal a máquina fis-

visível. Não há visitas ao serviço afectado, não há palavras de solidariedade nem comentários públicos, e essencialmente não há a tomada de medidas preventivas.

O desprezo absoluto por quem realmente trabalha, que “dá a cara” e defende todos os dias o interesse público, ficou bem patente no caso que ficou celebrizado como “Lista VIP” de contribuintes.

Em face dos fortes indícios que estava a ser adoptado um procedimento que nitidamente podia constituir uma violação do princí-

resolvida internamente. Mas a costumada recusa de considerar as organizações representativas dos trabalhadores como verdadeiros parceiros que podem contribuir para a melhoria do labor prestado, antes como um “frete” que se tem aguentar, por uma vez acarretou consequências práticas.

Os relatórios das auditorias da Comissão Nacional da Protecção de Dados e da Inspecção Geral de Finanças que foram efectuados no seguimento do caso comprovaram inequivocamente o primeiro dos factos que este S.T.I. denunciou. Que esteve em funcionamento entre Setembro de 2014 e Março de 2015 um filtro alarmístico, que diferenciava o tratamento de certos contribuintes portugueses, que se vieram a revelar quatro altas figuras de Estado, face a todos os outros, ao monitorizar o acesso aos seus dados em tempo real.

O segundo facto afirmado pelo S.T.I. também foi unanimemente confirmado publicamente por todos os sectores da sociedade portuguesa, inclusive os próprios integrantes da dita “lista VIP”. Face ao actual ordenamento jurídico da República Portuguesa, não é permitido qualquer tipo de diferenciação entre contribuintes.

O que era uma denúncia concreta e, como se verificou, verídica, de um procedimento ilegal que tinha que cessar, tornou-se um jogo mediático e político em que, há que o reconhecer, o S.T.I. não esteve totalmente isento de quota-parte da responsabilidade. Mas tal não deve turvar a apreciação da verdadeira questão inerente.

A A.T., e concomitantemente o S.T.I., devem fazer para que a Lei seja cumprida em todo o país. O

« De extraordinário a ordinário, neste caso felizmente, passou a ser o próprio “aumento da eficiência da máquina fiscal”. Amplamente saudado há uma década, por ter terminado com a cultura que glorificava a fuga ao pagamento de impostos, a melhoria dos resultados da Administração Tributária transformou-se também numa pressão por objetivos de receita que é tão devoradora como a busca de lucros o é numa empresa. Daí o chuva de cartas, de pedidos de informação, de notificações de pagamento, de fiscalizações.

cal de cobrança funcionava bem e a receita pública mantinha-se estável e até aumentava (curiosamente, parece que o mesmo sucedeu com a dívida pública). No concurso “factura da sorte”, no programa da factura electrónica, nas notícias sobre o aumento da cobrança coerciva, a opinião pública viu o senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Paulo Nuncio, na primeira linha, a dar numerosas entrevistas, com presença constante na comunicação social.

Já quando as coisas correm mal, como nos relatados casos de agressões a funcionários, nos assaltos, nos tiros e arremesso de latas de tinta contra as instalações da A.T., já a tutela se mostra menos

pio da igualdade, tal como previsto no artigo 13.º da C.R.P. e art. 55.º da Lei Geral Tributária, de uma forma leal em primeiro lugar este S.T.I. manifestou institucionalmente a sua preocupação às mais altas hierarquias da A.T., numa reunião ocorrida no dia 21 de Janeiro de 2015, no gabinete do senhor Director-Geral da A.T., em que estiveram pessoalmente presentes o Dr. Brigas Afonso e Dr. José Maria Pires, os dois dirigentes da A.T. que viriam posteriormente a apresentar a sua demissão dos cargos que ocupavam. Na mesma foi expressamente negado a existência de qualquer lista de contribuintes com tratamento diferenciado. A situação podia e devia ter sido

problema essencial, a prática num organismo público de uma ilegalidade violadora do princípio da igualdade, tornou-se numa questão inteiramente diferente. Sob o impulso de responsáveis e ex responsáveis políticos, e comentadores seus próximos, o problema passou a ser o acesso à base de dados dos contribuintes por parte dos funcionários da A.T.

Para estes, mas também para várias instituições estatais que deveriam ter o dever de isenção e servir o bem público, o que é a normal actividade diária da A.T. nas suas diligências de prospecção ou averiguação da situação dos contribuintes, com vista à verificação da conformidade ou não com as leis fiscais, tornou-se numa generalizada devassa da vida privada. Os funcionários, em vez de cumprirem as funções que a lei lhes impõe, passaram a ser uns “coscuvilheiros” profissionais” que ocupavam o seu tempo a bisbilhotar a vida alheia. É, dizem eles, imperativo pôr travão a tal estado de coisas, impor rigorosos limites ao acesso à consulta de dados, de proteger a privacidade das pessoas.

Sem qualquer pudor, pretendem estes desviar as atenções e disfarçar a prática da ilegalidade, empurrando as culpas para os trabalhadores, anunciando medidas de repressão e de limitação injustificadas e desproporcionais ao comum dos funcionários da A.T., quando estes todos os dias agem na persecução do interesse público.

Uma sociedade democrática não pode aceitar a existência de qualquer bloqueio no controlo à situação tributária dos contribuintes ditos “VIP’s”, especialmente

aqueles que, ocupando relevantes cargos públicos e devendo estar acima de qualquer suspeita, devem ser submetidos a um escrutínio mais exigentes que quaisquer outros.

Não se cuidou em explicar como são feitos os acessos, que estes tem regras, que dependem de uma palavra passe individual e do perfil de cada utilizador, e como se viu, que ficam registados e não são anónimos. Que se existe uma possibilidade de acesso relativamente ampla à consulta de certos impostos como o I.R.S./I.R.C., I.V.A. e I.M.I., tal é ditado pela exigência de que os funcionários da A.T. tem de estar a cada momento habilitados a atender todos os contribuintes que a si se dirigem, seja por via presencial, telefónica ou electrónica, e a prestar-lhes as informações que necessitem, sendo estes os impostos mais importantes e frequentes do sistema fiscal, que abrangem a generalidade das pessoas singulares ou colectivas. Sem o acesso aos dados, a informação sobre a concreta situação fiscal de um contribuinte será francamente deficiente ou impossível. Já em outras aplicações

« É um péssimo exemplo vindo de cima e da parte de quem deveria ter outro tipo de responsabilidades e, seria de supor, conhecimentos, em especial de quem até já previamente ocupou a pasta do Ministério das Finanças, que abandonando a imparcialidade, se tornam defensores de meros interesses de facção.

informáticas as possibilidades de acessos estão muito mais restritas, e num programa como o e-factura os utilizadores com perfil de consulta não chegam a duas centenas, num universo de mais de onze mil funcionários

É um péssimo exemplo vindo de cima e da parte de quem deveria ter outro tipo de responsabilidades e, seria de supor, conhecimentos, em especial de quem até já previamente ocupou a pasta do Ministério das Finanças, que abandonando a imparcialidade, se tornam defensores de meros interesses de facção.

A violação do segredo fiscal (que é muito diferente de uma simples consulta de dados dos contribuintes) tem sido raríssima na A.T., em contraste com o que se verifica por exemplo no sector da justiça. Em nenhum caso ficou comprovado que as recentes notícias que saíram para a comunicação social sobre a situação fiscal de contribuintes tenham tido origem na A.T. Podendo esta violação de segredo configurar um crime (art. 91.º do Regime Geral das Infracções Tributárias), tem de ser devidamente comprovado a sua prática, tal como para todos os outros tipos de crimes. Não pode haver condenação por presunção. Por sua vez, a invocada preocupação com a privacidade dos contribuintes é um mero álibi, como se comprova por exemplo da recente intenção governamental de estender aos serviços de informações, vulgo “secretas”, o acesso à consulta desses dados fiscais, a par de registos bancários ou de comunicações.

Compreendemos que, não tendo tido o “jackpot” de se identifi-

car um dirigente sindical “bisbilhoiteiro”, pretendam desacreditar e denegrir os mesmos. São os “ossos do ofício” de quem se lança nessa actividade, onde os ataques são esperados, e, vindo de certos quadrantes, na verdade são até francamente lisonjeadores.

Já custa mais aceitar quando, através dos seus trabalhadores, se pretende atingir toda uma instituição cuja actividade é várias vezes centenária, e ao cobrar mais de 80% das receitas públicas, absolutamente essencial para o funcionamento do Estado Português.

Incomoda sobretudo por saber que os sacrifícios dos contribuintes, os ónus e a penosidade do árduo trabalho da A.T. têm tido como desfecho um verdadeiro desmancho do dinheiro dos impostos, que levou ao colapso financeiro do país e às medidas de austeridade social que são conhecidas de todos. Mas nesses casos não é pedida responsabilização nem se clama pela instalação de filtros preventivos.

Em suma, ao longo dos anos temos sido nós, funcionários da A.T., que com potencial risco para os próprios e respectivas famílias, vítimas de insultos, ameaças e agressões, a face visível das impopulares medidas de agravamento fiscal. Cumprimos tudo o que nos foi exigido. Em troca, os verdadeiros responsáveis por essas medidas brindam-nos com desprezo, abandono e a falta de medidas que valorizem a nossa actividade profissional e preservem a necessária autoridade pública. Que, tentando repelir responsabilidades, se pretenda agora implementar medidas revanchistas pelo cumprimento de um dever de cidadania, é tão-somente indigno e imoral.

Fraude fiscal e aduaneira na Europa

Sindicatos dos Trabalhadores das Finanças da Europa contra redução drástica de meio



No passado mês de Abril, a UFE (União dos Sindicatos dos trabalhadores das Finanças da Europa), foi recebida pela Comissão do Parlamento Europeu, presidida por Alain Lamassoure, para uma audiência pública sobre as consequências e tomada de decisão do caso “Luxleaks”.

Para UFE, o escândalo da “Luxleaks”, apenas ilustra os abusos fiscais a que os sindicatos representativos dos funcionários fiscais e aduaneiros da Europa têm apontam o dedo, e que já denunciam há décadas. Antes de apresentar um conjunto de argumentos para proibir qualquer forma de “decisões” em toda a União Europeia, o Presidente da UFE quis recordar alguns princípios gerais relativos à política fiscal tributária e aduaneira na União para que os parlamentares europeus possam conhecer todas as preocupações, diligências e sugestões dos profissionais encarregados de missões fiscais e de controlo aduaneiro.

Na verdade, há muito tempo que as organizações sindicais alertam os legisladores das políticas financeiras dos governos em toda a Europa sobre o flagelo da fraude fiscal e aduaneira e o seu agravamento desde o início da década de 2000.

Há muito tempo que a UFE fez soar o alarme sobre a deterioração dos meios utilizados pelos governos europeus para lutar contra a fraude. Através de suas muitas manifestações de sindicatos membros UFE, esta enfatizou o “absurdo” das políticas de austeridade fiscal que levaram a drásticas reduções na força de trabalho no seio das administrações encarregadas da luta contra a fraude. No Reino Unido, Grécia, Bélgica, França, Portugal, Espanha, Irlanda, Dinamarca, etc... foram dezenas de milhares de empregos perdidos regularmente ao longo dos últimos de 10 anos!

No domínio aduaneiro duas figuras ilustram a deterioração do desempenho das tarefas

de controle de carga: menos de 0,8% dos contentores que entram no porto de Antuérpia são inspecionados

No posto aduaneiro de Roissy, cerca de dez pessoas são responsáveis pelo controle de cerca de 300 toneladas de encomendas recebidas diariamente.

Além disso, bem antes dos escândalos “Luxleaks” e “Swissleaks”, tinha ocorrido um outro, o “LGT”, que tinha destacado o papel dos paraísos fiscais e bancárias de Liechtenstein e os efeitos de evasão fiscal significativa para o orçamento alemão. Perante tudo isto a UFE acredita que é hora de colocar um fim à hipocrisia reinante e, especialmente, as restrições políticas impostas às administrações fiscais e aduaneiras! Enquanto que os discurso dos políticos se têm multiplicado e também “musculado” contra a evasão fiscal e o papel dos paraísos fiscais dentro da Europa, a verdade é que as políticas insistem na lógica de orçamentos e funcionamento dos serviços públicos reduzidos.

“O que é defraudado por alguns é pago pelos outros!” ... “O que não é pago por aquele pago pelo outro ...”, esta é a fórmula que tem reinado na Europa há mais de 20 anos. E meios para combater a fraude?

É por isso que a UFE apelou a todos os governos da Europa para resolverem seriamente esta destruição de emprego público que constitui um “disparate político, um disparate económico e um disparate social”.

“Precisamos de uma ação vigorosa e fortes instrumentos para erradicar a evasão fiscal.” Este é o significado da intervenção dirigida ao ECOFIN a 26 de setembro de 2014 que incorporou todas as reivindicações dos funcionários aduaneiros e fiscais em toda a Europa.

Em primeiro lugar, a UFE deseja expressar ao Comitê dos Impostos, que é urgente tornar consciência de uma degradação generalizada que afecta os serviços fiscais e aduaneiros, redução essa que pesa definitivamente no desempenho dos trabalhadores. Os deputados devem pesar o importante papel dessas jurisdições pessoais em termos de controle económico, fiscal, financeiro, fiscal e aduaneira dentro de cada Estado-Membro, mas também o seu papel a serviço da União Europeia e seu orçamento.

Em segundo lugar, como parte de suas missões, os trabalhadores das Finanças têm a sua imagem degradada, pelo que devem ser considerados como socialmente úteis e economicamente bem remunerados. Por isso, as políticas de gestão administrativa inconsistentes de sua força de trabalho, sua formação, suas promoções, conduzida pela maioria dos Estados membros parecem atingiu a marca de um disparate. A utilidade do poder público “para regular as forças do mercado, assegurando o cumprimento das regras, só faz sentido à luz da importância dos meios utilizados para fazer cumprir essas regras comuns para tornar-se mais e mais comum.

Quaisquer que sejam as leis, o senso comum dita acima de tudo, a aplicação de todas as medidas que permitem que os agentes do serviço público o desempenho bem o seu papel.

O último relatório do Comissário László Kovács, de 2009, enfatizou a obrigação assumida frontalmente pelos Estados membros da União Europeia para a utilização de fundos para o pessoal das administrações fiscais e aduaneiras, a fim de combater a fraude a nível europeu de forma eficiente.

O que se tornou hoje um dos cargos ou as reações dos governos?

O que aconteceu com as estratégias que foram implementadas?

Como a UFE tem preocupações sobre esta matéria, preocupados, querem trazer à luz do dia várias reivindicações simples e comuns para uma maior eficácia dos nossos serviços.

Por estas razões, a UFE insta os governos europeus:

Relançar a proposta de Directiva de 2011 para criar uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades de base (CCCTB);

Começar, finalmente, a reforma da directiva “mãe filha”;

Proibir as estruturas e produtos financeiros híbridos (juros de dividendos) que estão na origem da dupla não-tributação;

Acelerar e implementar o plano de acção contra os BEPS desenvolvidos pela OCDE;

Definir padrões de controle de propriedade importados para a União, para extinguir praticas prejudiciais para a Protecção do Consumidor competição;

Reforçar a luta contra a evasão fiscal, inclusive no contexto da revisão do Regulamento (CE) nº 1889/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao controlo de dinheiro líquido que entra ou sai da Comunidade.

Finalmente, A UFE solicita a abertura de uma auditoria exaustiva do Tribunal de Contas sobre o grau de controlo dos produtos comercializados com os países terceiros. Seria irrealista afirmar que o risco de desvio de tráfego foi completamente eliminado no interior da UE. Os operadores económicos preferem ter os seus bens através dos cruzamentos conhecidos por sua interpretação menos rigorosa das leis em vigor. Esta situação parece muito prejudicial para assegurar a cobrança dos recursos próprios do orçamento de UE.

Para contrariar a prática do nomadismo fiscal “na Europa, que consiste em empresas multinacionais para localizar a sua sede onde a tributação sobre os lucros é o mais baixo, sem relação com a atividade real que a empresa exerça a sua actividade neste país, a UFE propõe às instituições comunitárias para introduzir um imposto sobre os lucros em toda a Europa. Este imposto, também poderia fornecer um novo recurso “adequada” do orçamento da UE, substituindo, por exemplo, o único recurso IVA ou outros encargos relacionados com a actividade nos Estados-Membros.

Tentativa de restrição à base de dados

“De boas intenções está o inferno cheio”

Somente por terem sido consultados os dados cadastrais de quatro figuras com responsabilidades políticas e governativas foram instaurados dezenas de processos de inquérito e disciplinares a funcionários da AT.

Consequentemente, desde a primeira hora, não se conformando com a ausência de escrutínio fiscal e aduaneiro de quem quer que fosse e na defesa dos seus associados, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos denunciou uma situação ilegal, que ficou conhecida como lista VIP.

Já é sobejamente conhecido todo o desenrolar do processo. No início negava-se a existência da referida lista, posteriormente veio a confirmação da sua existência nas audições parlamentares, terminando com a comprovação da sua ilegalidade por relatórios quer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), quer da Inspeção Geral de Finanças (IGF).

No final concluiu-se que não houve qualquer violação do sigilo fiscal por parte dos funcionários da AT.

Agora, com a proposta de tomada de medidas restritivas do acesso dos funcionários a dados de quem quer que seja, nivelando a igualdade por baixo, o STI não pode deixar de também desmascarar o que está por detrás de tão aparente “boa intenção”.

Várias razões nos levam a questionar o alargamento da “lista VIP” a todos os contribuintes. Começamos pelos factos conhecidos:

- Em primeiro lugar, é sabido que devido à especificidade das suas funções e do grau de conhecimento técnico exigido, os funcionários da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) são profissionais altamente qualificados e dedicados ao serviço



público, respeitando a lei e os mais elementares princípios ético-deontológicos;

- É graças a essa preparação e dedicação dos funcionários e à sua própria estrutura organizacional que a AT, desde há muitos anos, tem superado sempre os objectivos que lhe são propostos;

- Actuação de excelência da AT é reconhecida não só em Portugal como também por vários organismos internacionais, principalmente no campo da inovação informática, onde já são vários os prémios ganhos.

- É certo que os anos de profunda austeridade têm por vezes levado à aprovação de legislação e da tomada de práticas que têm exigido um grande esforço fiscal por parte da generalidade dos cidadãos, principalmente dos trabalhadores e dos pensionistas.

- Desde a primeira hora, o STI tem proposto medidas no sentido de também aliviar algum desse esforço por parte dos contribuintes.

- Por outro lado, é necessário relembrar que consultar os dados constantes em cadastro, sem qualquer divulgação ou benefício, não há a prática de violação do sigilo fiscal, tal como este é previsto na

variadas normas que impõem o segredo profissional, de que se destacam o art. 91.º e art. 115.º do Regime Geral das Infrações Tributárias, o art. 195.º do Código Penal, o art. 73.º n.º 6 da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho) e art. 17.º n.º 1 e art. 47.º n.º 1 da Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 16 de Outubro).

- Ao longo dos mais de 20 anos em que existem as aplicações informáticas e respectivo sistema de acesso, são quase inexistentes os processos disciplinares por violação do sigilo fiscal.

- Lembramos que para realizar o seu trabalho, diariamente são feitas mais de 200 mil consultas à base de dados, por parte dos funcionários da AT.

- Se por mero acaso, nesse universo de mais de 50 milhões de acessos/ano, se derem 1000 por mera curiosidade, facto que só por si não se pode considerar como violação de sigilo fiscal, estamos a falar de um rácio de 0,0002%. Ridículo!

- Se nos lembrarmos que quase todos os dias a comunicação social fala de violação do segredo de justiça, então ainda mais ridículo nos parece toda esta campanha

que visa instalar o medo na população relativamente à quebra do sigilo fiscal.

. Numa instituição onde tem havido falta de verba para a aquisição quer de equipamentos como computadores e impressoras, quer de consumíveis essenciais como papel, tonner de impressão ou mesmo simples canetas, muitas vezes tendo os próprios funcionários de os adquirir às suas custas, dispõem-se agora tão rapidamente de 5 milhões de euros para resolver um "problema" que ao longo de mais de vinte anos não foi problema.

Condicionar o acesso dos trabalhadores a estes dados como se preconiza através de uma autorização prévia colocará em causa todo o trabalho desenvolvido na AT, desde o atendimento ao contribuinte até à tramitação processual e porá em perigo o combate ao crime e à evasão fiscal.

Muito menos se pode admitir que se queira transformar o crime da criação da lista VP num refrigério e o trabalho dos funcionários da AT – que obriga à consulta da base de dados – num crime.

Mais do que o mero limitar do trabalho, sabemos que o alargar do âmbito da lista VIP a todos os cidadãos, tem por objectivo o evitar que trabalhadores dos impostos possam "meter o nariz" em "negócios estranhos", detectando possíveis práticas ilegais.

Sob o lema de "o mal só triunfará se as pessoas de bem nada fizerem", o STI continuará a lutar não só pela defesa dos trabalhadores dos impostos, mas também pela defesa da legalidade no serviço ao Estado Português e para construção de um Portugal melhor, mais justo e equitativo, onde a igualdade de tratamento entre contribuintes será um princípio elementar. Não nos podemos esquecer que de boas intenções está o inferno cheio e, neste caso, não podemos defender a prática de pseudo igualdades que, por detrás, poderão ter objectivos bem perversos e na continuação do espírito que levou à criação da lista VIP.

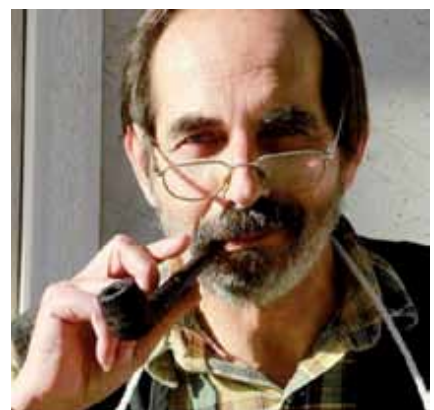
Outras actividades sindicais

Para além da questão da lista "VIP", que ocupou grande parte da luta sindical, o Sindicato não descurou outras matérias, nomeadamente o vínculo dos Trabalhadores da AT, as carreiras, a falta de pessoal, a formação contínua, as condições de trabalho, entre outras matérias. Para além de reuniões com os Partidos Políticos com assento Parlamentar, o Sindicato realizou visitas aos locais de trabalho, participou nos Conselhos Distritais, realizou colóquios, debates, acções de formação tendo a preocupação de descentralizar as suas iniciativas, procurando estar mais perto de todos os trabalhadores de Norte a Sul do País, não esquecendo as Regiões Autónomas da Madeiras e dos Açores. Aqui fica o registo fotográfico de algumas dessas iniciativas.



Morreu Fernando Rocha

No dia 23 de Fevereiro, fomos confrontados com a morte de Fernando Rocha, ex-Dirigente Sindical e até ao dia da sua morte um activista sindical e um homem socialmente empenhado por um mundo mais justo, mais fraterno. Mesmo nos momentos difíceis tinha um sorriso e uma



palavra amável. Respirava poesia; amava a vida. E o seu cão. O Nico, que lhe fez companhia até ao ano passado. Com ele estava sempre presente em todos os momentos de luta. O Rocha, era um homem bom. Daquela bondade que começa a escassear nestes dias de egoísmo, onde o "eu" impera sobre o "nós". À família, a Direcção do STI envia sentidas condolências, Até sempre, amigo. Até sempre, camarada.



APP MÉDIS

À DISTÂNCIA DE UM TOQUE

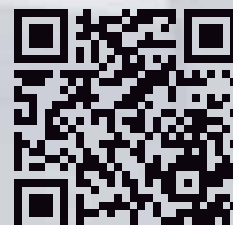
A Médís procura inovar nos serviços e apoio que dá aos seus clientes. Por isso, coloca à sua disposição uma APP onde pode fazer a gestão do seu Plano de Saúde. A partir do seu smartphone ou tablet Já pode aceder à sua Área Pessoal, consultar os Guias e ficar a par de todas as novidades Médís!



Android

iOs

FAÇA DOWNLOAD DA APP PARA
O SEU SMARTPHONE OU TABLET



CONFIANÇA



FAZ BEM À SAÚDE

Obrigado aos portugueses que, pela 7ª vez, escolheram a Médias
como a marca de confiança para cuidar da sua saúde.

CONFIE TAMBÉM A SUA SAÚDE À MÉDIAS

www.medis.pt

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Médias - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., com sede na Av. Dr. Mário Soares (Tagus Park), Edifício 10, Piso 1, 2744-002 - Porto Salvo.
Pessoa coletiva n.º 503 496 944, matriculada sob esse número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €12.000.000,00.